

Fundação Nacional de Saúde

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

Superintendência
Estadual da Bahia



Fundação
Nacional
de Saúde

**Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Superintendência Estadual da Bahia**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº. 63/2010, da IN TCU 72/13, da DN TCU nº. 127/2013, da Portaria TCU 175/13 e DN TCU nº. 132/2013.

Salvador, 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONDA	8
1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada	8
1.1.1 Relatório de Gestão individual	8
1.2. Finalidade e Competências da Unidade	9
1.3. Organograma Funcional	9
1.4. Macroprocessos Finalísticos	15
1.5. Macroprocessos de Apoio	16
1.6. Os Principais Parceiros	20
2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	20
2.1. Planejamento da Unidade	20
2.2. Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados	36
2.3. Informações sobre outros resultados da gestão	37
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	51
3.1. Estrutura de Governança (Não se Aplica a esta UJ)	51
3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	51
3.4. Sistema de Correição	52
3.5. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	53
3.6. Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos	54
4. PROGRAMA E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.	54
4.1. Execução das despesas	54
4.1.1. Programação	54
4.1.1.1. Análise Crítica	55
4.1.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa	55
4.1.3. Realização da despesa (Não se Aplica a esta UJ)	56
4.1.3.1. Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total (Não se Aplica a esta UJ)	56
4.1.3.2. Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ (Não se Aplica a esta UJ)	56
4.1.3.3. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total (Não se Aplica a esta UJ)	57
4.1.3.4. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ (Não se Aplica a esta UJ)	57
4.1.3.5. Despesas Totais por modalidade de Contratação – Créditos de Movimento	58
4.1.3.6. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesas – Créditos de Movimentação	59
4.1.3.7. Análise crítica da realização da despesa	60
4.2. Reconhecimento de Passivo por insuficiência de créditos ou recursos (Não se Aplica a esta UJ)	60
4.2.1. Análise Crítica	60
4.3. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	60
4.3.1. Análise Crítica	60
4.4. Transferências de Recursos	61
4.4.1. Relação de instrumentos de Transferência Vigente no Exercício (Não se aplica a esta UJ)	61
4.4.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios (Não se aplica a esta UJ)	61

4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termo de Cooperação e Contratos de Repasse	62
4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	62
4.4.5 Análise Crítica	63
4.5 Suprimento de Fundos	64
4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo	64
4.5.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B” (Não se Aplica a esta UJ)	64
4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	64
4.5.4 Prestação de Contas de Suprimento de Fundos	65
4.5.5 Análise Crítica	65
4.6 Renúncia sob Gestão da UJ (Não se aplica a esta UJ)	65
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.	65
5.1 Estrutura de pessoal da unidade	65
5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	65
5.1.1.1 Lotação	65
5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada	66
5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho	66
5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções	66
5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	67
5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	67
5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	67
5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	68
5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	68
5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada	68
5.1.5 Cadastramento no Sisac	69
5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC	69
5.1.5.2 Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU	69
5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos do Sisac	69
5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico	70
5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	70
5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	70
5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	70
5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	71
5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão (Não se Aplica a esta UJ)	71
5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados (Não se Aplica a esta UJ)	71
5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	71
5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	72
5.2.5 Análise Crítica dos Itens 5.2.3 e 5.2.4	72

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários	72
6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	73
6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	73
6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário	74
6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	74
6.2.2 Distribuição dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional	74
6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ	78
6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	79
7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	79
7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI) (Não se Aplica a esta UJ)	79
7.1.1 Análise Crítica	81
8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.	81
8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	81
8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	82
9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.	83
9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU	83
9.1.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício	83
9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	84
9.2 Tratamento de recomendações do OCI	84
9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	84
9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	85
9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	85
9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	85
9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	85
9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações	86
9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário	86
9.6 Alimentação SIASG E SICONV	86
10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	87
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	88
11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileira de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	88
11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	89
11.2.1 Declaração Plena (Não se Aplica a esta UJ)	89
11.2.2 Declaração com Ressalva	89
11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008 (Não se Aplica a esta UJ)	90
11.6 Parecer da Auditoria Independente (Não se Aplica a esta UJ)	90
12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	91
12.1 Outras informações consideradas relevantes pela UJ	91

LISTA DOS QUADROS E SIGLAS

Título dos Quadros

QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ

QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

QUADRO A.4.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

QUADRO A.4.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA
QUADRO A.4.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA
QUADRO A.4.1.3.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL
QUADRO A.4.1.3.2 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ
QUADRO A.4.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL
QUADRO A.4.1.3.4 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITO ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ
QUADRO A.4.1.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO
QUADRO A.4.1.3.6 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITO DE MOVIMENTAÇÃO
QUADRO A.4.2 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS
QUADRO A.4.3 – RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA
QUADRO A.4.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS
QUADRO A.4.4.3 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE
QUADRO A.4.4.4 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE
QUADRO A.4.5.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)
QUADRO A.4.5.2 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO (CONTA TIPO “B”)
QUADRO A.4.5.3 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR
QUADRO A.4.5.4 – PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTOS DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)
QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12
QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12/2011
QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)
QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12
QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12
QUADRO A.5.1.3 – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES
QUADRO A.5.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO
QUADRO A.5.1.4.2 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12
QUADRO A.5.1.5.1 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU - (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

QUADRO A.5.1.5.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

QUADRO A.5.1.5.3 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

QUADRO A.5.1.5.4 – ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007)

QUADRO A.5.2.1 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.5.2.2 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

QUADRO A.5.2.3 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

QUADRO A.5.2.4 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

QUADRO A.5.2.6 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

QUADRO A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

QUADRO A.6.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.8.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

QUADRO A.9.1.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

QUADRO A.9.1.2 – SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

QUADRO A.9.2.1 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

QUADRO A.9.2.2 – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

QUADRO A.9.5 – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2013

QUADRO A.9.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

QUADRO A.11.2.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

Siglas

BA – Bahia

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CPF – Cadastro de Pessoa Física

CV – Convênio

DBR –

DENSP – Departamento de Engenharia de Saúde Pública

DEPIN – Departamento de Planejamento Institucional

DESAM- Departamento de Saúde Ambiental

Funasa – Fundação Nacional de Saúde

MHDC – Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas

MS – Ministério da Saúde
MSD – Melhoria Sanitária Domiciliar
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PSI - Política de Segurança da Informação

RIDE – Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico

SESAI – Secretária Especial de Saúde Indígena
Sesam's – Serviços de Saúde Ambientais
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICONV - Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria.

SIORG – Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo
SIORG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SOPAT – Setor de Patrimônio
SPIU –net – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SUEST – Superintendência Estadual
TC – Tribunal de Contas
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia de Informação
UJ – Unidade Jurisdicionada

INTRODUÇÃO

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) no âmbito da Superintendência Estadual da Bahia (SUEST-BA) durante o exercício de 2013, cujo detalhamento das estratégias de atuação adotadas, das atividades desenvolvidas e dos resultados atingidos estão consubstanciados nos itens de 1.2 a 12.1.

O documento foi elaborado de acordo com as Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e 72/2013, as Decisões Normativas TCU n. 127, de 15 de janeiro de 2013 e 132 de 02 de outubro de 2013, bem como com a Portaria TCU n. 175, de 9 de julho de 2013, e considerando os programas que compõem o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, as ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), bem como aquelas do Programa Brasil Sem Miséria (2011 – 2013) e no Plano Nacional de Saúde (PNS).

Seguindo as orientações do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, a seguir estão indicados os itens que não constam do presente documento, assim como a correspondente justificativa:

Justificativa: Não se aplicam a natureza jurídica da FUNASA

- **Item 3.3 - REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES**
- **Item 4.7 – GESTÃO DE PRECATÓRIOS**
- **Item 11.4 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1976**
- **Item 11.5 – COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS**

Justificativa: Não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência

- **Item 4.2** - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS
- **Item 4.6** - RENÚNCIA SOB A GESTÃO DA UJ
- **Item 11.3** - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/1964 E PELA NBCT 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Saúde			Código SIORG: 304
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência Estadual da Bahia			
Denominação Abreviada: Suest – Ba			
Código SIORG: 2207	Código LOA: 36211	Código SIAFI: 255005	
Natureza Jurídica: Fundação		CNPJ: 26.989.350/0017-83	
Principal Atividade: Promoção de Programas de Saúde, Federal, Estadual e Municipal			Código CNAE: 8412-4/00
Telefones/Fax de contato:	(071) 3241-4991	(071) 3241-4992	(071) 3266-6103 (FAX)
Endereço Eletrônico: coreba.gab@funasa.gov.br			
Página na Internet: http://www.funasa.gov.br			
Endereço Postal: Rua do Tesouro nº 21/23 7º andar – Centro – Salvador – Ba. CEP 40.020-056			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Instituída pela Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, pelo Decreto n.º 100, de 16 de abril de 91, e em conformidade com o que dispõe o Decreto n.º 4.727, de 9 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União, do dia 10 de junho de 2003. Portaria n.º 1.776 de 8 setembro de 2003 que aprova o regimento interno da Funasa. A estrutura organizacional foi alterada com a publicação do Decreto n.º 7.335 de 19 de outubro de 2010, publicado do DOU em 20 de outubro de 2010, que aprova o estatuto e quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas da Funasa.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			

Código SIAFI	Nome
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
255005	36211

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Fundação Nacional de Saúde, entidade vinculada ao Ministério da Saúde (MS), instituída pelo art. 14 da Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990, teve sua estrutura organizacional alterada com a publicação do Decreto nº 7.335 de 19 de outubro de 2010, que aprovou o novo estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas, e definiu como responsabilidades institucionais a promoção e a proteção à saúde, e como competências, o fomento à soluções de saneamento para a prevenção de controle de doenças, bem como a formulação e implementação de ações de promoção e de proteção à saúde relacionadas com ações estabelecidas pelo Sistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental. Em 05/03/2014, foi publicada a Portaria Ministerial nº 270, de 27/02/2014 do Sr. Ministro da Saúde que aprovou o Regimento interno da Funasa.

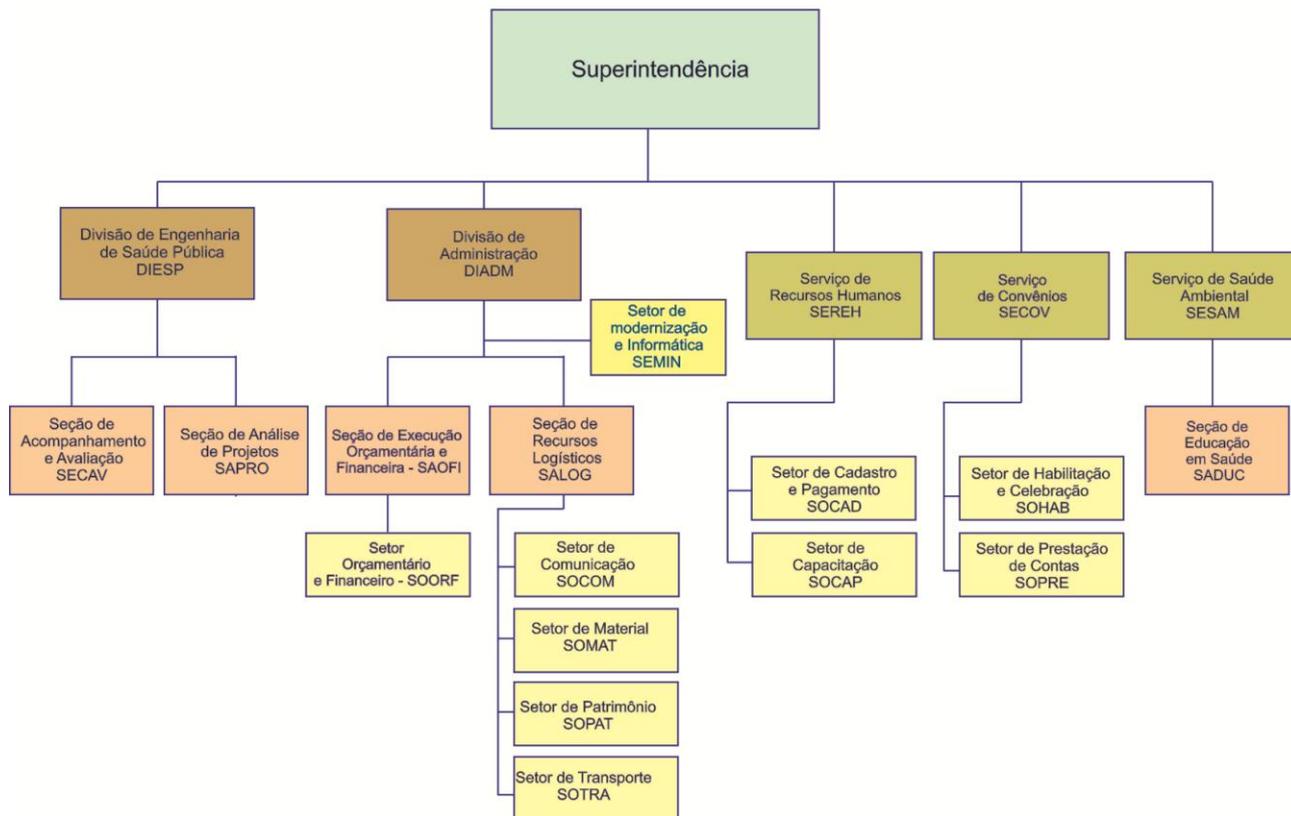
A Suest, unidade descentralizada da Funasa, compete coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades, na sua área de atuação. No que se refere ao saneamento ambiental – implementação de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES), Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas (MHCCDC) e Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD) – a Funasa conta com a mais antiga e contínua experiência em ações de saneamento no País, apoiando ou executando obras a partir de critérios epidemiológicos, socioeconômicos e ambientais, voltadas para a promoção à saúde e para a prevenção e controle de doenças e agravos, com destaque para a redução da mortalidade infantil. Por meio de ações de engenharia de saúde pública e saneamento ambiental, a Funasa busca a promoção da melhoria da qualidade de vida, procurando a redução de riscos à saúde, incentivando a universalização dos sistemas de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, e gestão de resíduos sólidos urbanos, e a promoção de melhoria no manejo adequado dos sistemas de drenagem urbana para áreas endêmicas de malária, de melhoria habitacional para controle da doença de Chagas, de melhorias sanitárias domiciliares, e de ações de saneamento em comunidades quilombolas e especiais.

Considerando que a universalização do serviço de abastecimento de água é uma das grandes metas para os países em desenvolvimento, por ser o acesso à água, em quantidade e qualidade, essencial para reduzir os riscos à saúde pública; e considerando a necessidade da adoção de estratégias de gestão que incluam a implementação dos padrões e procedimentos preconizados na legislação, principalmente aquelas afetas ao controle da qualidade da água para consumo humano, a Funasa, por meio do Departamento de Saúde Ambiental, criou o Programa Nacional de Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano (PNCQA), implementado em articulação com os prestadores de serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, órgãos de meio ambiente, estados, Distrito Federal e municípios, conforme procedimentos e padrão de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Outra área do conhecimento técnico que a Funasa investe é a da Educação em Saúde Ambiental que contribui efetivamente na formação e no desenvolvimento da consciência crítica do cidadão, estimulando a participação, o controle social e sustentabilidade socioambiental, utilizando entre outras estratégias, a mobilização social, a comunicação educativa/informativa e a formação permanente.

1.3 Organograma Funcional

Funasa - Superintendência Estadual da Bahia



Por força do Decreto nº 7.335 de 19 de outubro de 2010, que aprovou o novo estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas, e definiu como responsabilidades institucionais a promoção e a proteção à saúde, e como competências, o fomento à soluções de saneamento para a prevenção de controle de doenças, bem como a formulação e implementação de ações de promoção e de proteção à saúde relacionadas com ações estabelecidas pelo Sistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental, foi elaborada a proposta do Regimento Interno da Funasa.

O referido regimento, foi encaminhado ao Ministério da Saúde, para aprovação, por meio do Ofício 123 / Gabinete PR / Presi / Funasa de 09 de maio de 2012, reiterado pelo Ofício / Gabinete PR / Presi / Funasa de 14 de fevereiro de 2013, tendo sido devolvido à Funasa, para ajustes. Efetuado os ajustes apontados, foi reencaminhado novamente àquele Ministério, por meio do Ofício nº 369/Presi/Funasa, de 14 de outubro de 2013, para fins de aprovação e publicação. Tendo sido publicado no DOU nº 43 de 05/03/2014.

Além da estrutura formal constante do Regimento Interno, a Suest possui duas Assessorias, sendo uma de Planejamento, que tem a função de elaborar o Relatório de Gestão bem como acompanhar junto aos Setores da SUEST, o atendimento às demandas dos Órgãos de Controle e o planejamento das ações através da ferramenta MS Project, e outra Técnica que funciona como

Chefia de Gabinete, bem como uma equipe de TCE ligada diretamente ao Gabinete da Superintendente.

**REGIMENTO INTERNO DA FUNASA PUBLICADO NO DOU Nº 43 DE 05/03/2014,
BASEADA NO DEC. 7.335 - DE 19/10/2010.**

SEÇÃO IV

Das Unidades Descentralizadas: Suest

Art. 83. Às Suest compete coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades da Funasa, nas suas respectivas áreas de atuação.

Art. 84. Compete à Diesp:

I - coordenar, acompanhar, supervisionar e avaliar as atividades de engenharia de saúde pública, no âmbito da Suest;

II - prestar apoio técnico a programas e ações de gestão dos serviços de saneamento desenvolvidas por órgãos estaduais e municipais;

III - apoiar e supervisionar estudos e pesquisas tecnológicas na área de saneamento e edificações de Saúde Pública;

IV - analisar projetos de saneamento e edificações de Saúde Pública; e

V - acompanhar e supervisionar obras realizadas com transferência de recursos da Funasa;

Art. 85. Compete a Sapro:

I - analisar projetos técnicos de engenharia destinados a área de saúde, bem como os relativos a obras nas edificações de uso da Funasa;

II - analisar e emitir parecer técnico relativo a convênios; e

III - prestar cooperação técnica.

Art. 86. Compete a Sacav:

I - acompanhar a execução das obras realizadas com recursos da Funasa; e

II - acompanhar e avaliar as atividades de elaboração de projetos, enfocando custos e concepções técnicas;

Art. 87. À Diadm compete planejar, coordenar e executar as atividades das áreas de orçamento, finanças, contabilidade e recursos logísticos e insumos estratégicos.

Art. 88. Compete a Saofi:

I - executar as atividades relativas à execução orçamentária e financeira;

II - programar, consolidar e fornecer subsídios às atividades relacionadas à proposta orçamentária anual em articulação com as diversas áreas da Suest;

III - executar e acompanhar as atividades de movimentação dos recursos orçamentários e financeiros;

IV - promover estudos de custos orçamentários e financeiros das ações desenvolvidas pela Suest;

V - elaborar, mensalmente a programação financeira; e

VI - proceder à análise e execução dos registros contábeis dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

VII - promover o envio e/ou retificação das declarações anuais obrigatórias a nível da Suest;

VIII - manter adimplência da Funasa junto aos órgãos arrecadores e fiscalizadores a nível Estadual; e

IX - executar outras atividades inerentes às suas atribuições, determinadas pelo Chefe da Divisão de Administração.

Art. 89. Compete ao Soorf:

- I - executar e acompanhar a programação e execução orçamentária e financeira;
- II - manter atualizado os registros orçamentários e financeiros recebidos e os saldos dos empenhos emitidos;
- III - executar as atividades de registro de conformidade documental;
- IV - promover o pagamento dos processos de despesas no âmbito Estadual.
- V - proceder à análise e execução dos registros contábeis dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; e
- VI - executar outras atividades inerentes às suas atribuições, determinadas pelo chefe da Saofi.

Art. 90. Compete a Salog:

- I - executar as atividades de apoio administrativo;
- II - controlar, orientar e fiscalizar a execução de atividades de limpeza, manutenção, vigilância, transporte, administração de material, patrimônio, obras e comunicação;
- III - proceder à análise e acompanhamento dos processos licitatórios, dispensas e inexigibilidade de licitação;
- IV - acompanhar a execução de contratos, acordos e ajustes da Suest; e
- V - elaborar minutas de contratos, aditivos e acordos, submetendo-os à apreciação do Superintendente.

Art. 91. Compete ao Socom:

- I - executar as atividades relacionadas ao recebimento, à classificação, à movimentação e à expedição de correspondências e arquivos; e
- II - proceder à análise, à avaliação e seleção de documentos, segundo a Tabela de Temporalidade de Documentos vigentes.

Art. 92. Compete ao Somat:

- I - executar as atividades de administração de material e serviços, de controle de estoque físico e contábil dos materiais de consumo e insumos estratégicos;
- II - executar os procedimentos relativos a compras de materiais e contratações de serviços; e
- III - manter atualizados os registros das atividades que lhes sejam afetas nos correspondentes sistemas de informação.

Art. 93. Compete ao Sotra:

- I - supervisionar e controlar a execução das atividades relativas a transporte de funcionários, de cargas e manutenção da frota de veículos;
- II - acompanhar e manter atualizado o cadastro de veículos, manutenção da frota em uso, registro e licenciamento, bem como acompanhar o consumo de combustíveis e lubrificantes; e
- III - acompanhar perícias para apuração de responsabilidade decorrente de má utilização ou negligência por parte dos motoristas.

Art. 94. Compete ao Sopat:

- I - executar as atividades de administração patrimonial;
- II - propor a alienação, cessão ou baixa de materiais permanentes;
- III - manter atualizados os dados do acervo de bens móveis e imóveis, inclusive contabilmente; e
- IV - elaborar o inventário anual dos bens móveis e imóveis.

Art. 95. Compete ao Sereh:

- I - planejar, coordenar e orientar as atividades inerentes à gestão de recursos humanos, em harmonia com diretrizes emanadas da unidade central da Fundação Nacional de Saúde ;
- II - supervisionar as atividades relativas à aplicação da legislação de pessoal sob sua administração;
- III - proceder a estudos sobre lotação ideal de servidores, objetivando subsidiar estratégias de gestão de recursos humanos;

IV - disponibilizar aos servidores, informações e esclarecimentos a respeito das políticas e procedimentos relacionados a recursos humanos;

V - propor à Coordenação-Geral de Recursos Humanos, Plano Anual de Capacitação de recursos humanos;

VI - promover, executar e monitorar as seguintes ações da política de atenção à saúde do servidor em harmonia com a unidade central da Funasa:

- a) perícia médica;
- b) promoção e vigilância à saúde; e
- c) assistência a saúde suplementar.

Art. 96. Compete ao Socad:

I - acompanhar e executar as atividades de pagamento de remuneração e vantagens dos servidores ativos, aposentados e pensionistas;

II - elaborar cálculos de direitos e vantagens decorrentes da implantação e revisão de aposentadorias e pensões e outros que impliquem em alteração de remuneração;

III - executar as atividades de atualização cadastral, movimentação de pessoal e concessão de benefícios de servidores ativos e inativos;

IV - promover a apresentação da declaração de bens e rendas dos servidores da Funasa, no final de cada exercício financeiro, exoneração ou afastamento definitivo, bem como encaminhar as informações ao órgão de controle externo;

V - atualizar a documentação e assentamentos funcionais dos servidores; e

VI - supervisionar e controlar a execução das atividades relacionadas à concessão e revisão de aposentadoria e pensão.

Art. 97. Compete à Socap:

I - acompanhar e executar as atividades de avaliação de desempenho, de levantamento das necessidades e de desenvolvimento de recursos humanos;

II - elaborar e manter cadastro de qualificação do corpo funcional e de instrutores;

III - elaborar e implementar programas e projetos de capacitação, de acordo com diretrizes estabelecidas pela unidade central da Funasa; e

IV - propor a participação de servidores em atividades de treinamento e eventos de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos.

Art. 98. Compete ao Secov:

I - auxiliar a Coordenação-Geral de Convênios na proposição de procedimentos internos para a celebração, gerenciamento e prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres;

II - repassar aos setores subordinados a legislação aplicável à área, bem como normativos, portarias e instruções recebidas dos órgãos centrais e de órgãos externos, cobrando suas aplicações;

III - coordenar as atividades relacionadas ao gerenciamento e prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres;

IV - planejar, coordenar e supervisionar as atribuições dos setores subordinados; e

V - executar atividades relacionadas a convênios determinadas pela unidade central da Funasa.

Art. 99. Compete a Sohab:

I - coordenar e executar a análise processual de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres, celebrados com entidades de sua Unidade da Federação, de acordo com a legislação vigente e com orientações das unidades centrais, executando as tarefas afeitas ao gerenciamento desses instrumentos e encaminhando documentações às autoridades competentes;

II - solicitar informações ou complementação de informações relativas ao gerenciamento de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres a setores da própria Funasa ou a órgãos externos;

III - encaminhar informações a Coordenação de Habilitação e Celebração de Convênios com relação aos instrumentos gerenciados no setor, a fim de subsidiar as atribuições daquela Coordenação;

IV - controlar a tramitação de processos e documentos relativos à habilitação e gerenciamento de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres; e

V - executar outras atividades inerentes às suas atribuições, determinadas pelo Chefe do Serviço de Convênios.

Art. 100. Compete ao Sobre:

I - elaborar relatórios, trimestrais e anuais, de acompanhamento e análise de prestação de contas da execução de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares, encaminhando-os à Coordenação de Acompanhamento e Análise de Prestação de Contas de Convênios, ao fim de cada trimestre e exercício;

II - prestar cooperação técnica aos órgãos e entidades convenientes na elaboração e apresentação de prestação de contas, em conformidade com as normas e legislação vigente;

III - controlar e realizar cobrança de prestação de contas dos convênios, termos de compromisso e instrumentos similares celebrados no âmbito de sua atuação;

IV - realizar a análise e a emissão de parecer parcial e final em prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares;

V - analisar a documentação de processo de prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares celebrados;

VI - atualizar os sistemas internos de gestão de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares;

VII - submeter ao ordenador de despesas, para aprovação, as prestações de contas dos recursos repassados mediante convênios, termos de compromisso e instrumentos similares no âmbito de sua atuação;

VIII - controlar a tramitação de processos e documentos relativos à prestação de contas;

IX - informar a Coordenação de Acompanhamento e Análise de Prestação de Contas de Convênios, para registro no mesmo, toda a execução das prestações de contas parcial e final de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares celebrados pela Funasa, bem como os resultados de suas análises;

X - propor a abertura de Tomada de Contas Especial, nos casos de inadimplência decorrente de ausência de prestação de contas e de não aprovação;

XI - coordenar e monitorar o processo de instrução para instauração de Tomada de Contas Especial de Convênios, termos de compromisso e instrumentos similares; e

XII - executar outras atividades inerentes às suas atribuições, determinadas pelo Chefe do Serviço de Convênios.

Art. 101. Compete ao Sesam:

I - coordenar, acompanhar e avaliar as atividades de saúde ambiental, em consonância com as diretrizes definidas pelo Desam;

II - monitorar e avaliar as atividades de educação em saúde ambiental realizadas por estados e municípios relativas às ações de saúde ambiental e saneamento básico fomentadas pela Funasa;

III - executar ações de apoio ao controle da qualidade da água para consumo humano provenientes de abastecimento público ou solução alternativa conforme procedimentos e padrão de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde;

IV - coordenar e executar ações supletivas e complementares de saúde e saneamento ambiental, em situações de risco à saúde de populações vulneráveis, em conjunto com a Divisão de Engenharia de Saúde Pública;

V - coordenar e executar projetos e ações estratégicas de saúde ambiental, em conjunto com a Divisão de Engenharia de Saúde Pública; e

VI - coordenar, monitorar e avaliar as ações de educação em saúde ambiental e apoio ao controle da qualidade da água realizado em comunidades especiais.

Art. 102. Compete à Saduc:

I - executar atividades de educação em saúde ambiental, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação de Educação em Saúde Ambiental;

II - analisar, acompanhar, avaliar e emitir parecer sobre projetos de educação em saúde ambiental, a serem implementados pelos estados e municípios, relativos às ações de saúde ambiental e saneamento básico fomentadas pela Funasa;

III - apoiar a execução de ações estratégicas de saúde ambiental em municípios e comunidades, em situação de risco à saúde; e

IV - atuar de forma integrada com os demais setores da Suest nas ações de sua abrangência.

1.4 Macroprocessos finalístico

Os macroprocessos Finalísticos compreendem o conjunto de processos que viabilizam o funcionamento coordenado e integrado dos vários subsistemas da Fundação Nacional de Saúde e que dar-se-á, às áreas finalísticas, a viabilidade para o cumprimento da missão institucional.

Com base em suas atribuições, foram identificados na Funasa três macroprocessos finalísticos: Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública, Gestão de Ações de Saúde Ambiental e Gestão de Convênios. Porém, os macroprocessos Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública e Gestão de Ações de Saúde Ambiental ainda não possuem seus processos mapeados.

1) Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública: Trata da proposição de ações de educação em saúde pública na área de saneamento, formulação de planos e programas de saneamento e engenharia voltados para a prevenção e o controle de doenças, em consonância com as políticas públicas de saúde e saneamento, cooperação técnica a Estados e Municípios, sistemas e serviços de saneamento em áreas especiais e acompanhamento e análise de projetos de engenharia relativos às obras financiadas com recursos da Funasa.

As Superintendências Estaduais atuam na execução, apoio técnico e monitoramento das ações de engenharia de saúde pública, bem como na execução de projetos de saneamento básico.

2) Gestão de Ações de Saúde Ambiental: Na área de Saúde Ambiental, compete à Funasa planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas à formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, ao controle da qualidade da água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e ao apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental.

No âmbito deste macroprocesso, as Superintendências Estaduais atuam no monitoramento e execução das ações de controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, bem como na capacitação de municípios e mobilização social no que se refere à Saúde Ambiental.

3) Gestão de Convênios: Comporta todos os processos relativos à celebração, execução e prestação de contas de convênios de Saneamento Básico e Ambiental, Estudos e Pesquisas e Cooperação Técnica. Vinculado a este macroprocesso temos os convênios de transferência voluntária e de ações do PAC - Plano de Aceleração do Crescimento (transferência obrigatória).

As Superintendências Estaduais operacionalizam uma etapa deste macroprocesso atuando na celebração, prestação de contas e no controle das execuções dos convênios, prestando as informações necessárias à Presidência da Funasa.

O mapeamento dos processos de convênios da Funasa foi realizado no ano de 2009 no intuito de padronizar, normatizar e institucionalizar os procedimentos de "Gestão de Convênios", bem como fazer com que os colaboradores da Funasa compreendam o mesmo. Esse mapeamento

foi realizado pela Coordenação de Modernização/Cgmti/Deadm junto às coordenações subordinadas da Coordenação Geral de Convênios/Deadm e serviu de subsídio para a identificação das etapas necessárias ao desenvolvimento e melhorias dos sistemas de convênios da Funasa. Entre os principais processos mapeados encontram-se os listados abaixo:

Processo	Principais Atividades
Gestão de Transferência Voluntária	Cadastramento Celebração Análise e Aprovação do Projeto Pagamento Prorrogação Prestação de Contas
Gestão de Transferência Obrigatória PAC	Cadastramento Celebração Análise e Aprovação do Projeto Pagamento Prorrogação Prestação de Contas

Os macroprocessos finalísticos mapeados encontram-se à disposição para serem verificados no seguinte endereço: <http://www.funasa.gov.br/macro-processos/index.htm>

1.5 Macroprocessos de Apoio

Os macroprocessos de apoio compreendem o conjunto de processos que viabilizam o funcionamento coordenado e integrado dos vários subsistemas da Fundação Nacional de Saúde e que apoiam e fornecem subsídios às áreas finalísticas para o cumprimento da missão institucional.

De acordo com seu Organograma Funcional, a Funasa conta em sua estrutura, com um Departamento de Administração, unidade responsável pelos macroprocessos de apoio, essencial para o funcionamento da Instituição.

As atribuições do Departamento de Administração, nos termos do Decreto nº 7.335/2010 incluem planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas ao patrimônio, compras e contratações; desenvolvimento institucional, organização, qualidade, normatização e racionalização de instrumentos, métodos e procedimentos de trabalho; e utilização, manutenção e modernização dos recursos de informação e informática.

Os processos de apoio da Funasa foram divididos em Gestão Orçamentária e Financeira, Gestão de Logística, Gestão de Pessoas, Gestão de Modernização e Gestão de Tecnologia da Informação, conforme detalhado a seguir:

1) Gestão Orçamentária e Financeira: Contempla os processos relativos à programação e execução orçamentária e financeira da Funasa, tais como Proposta orçamentária para o exercício; Programação Orçamentária e Financeira; Processo de Empenho; Processo de Liquidação; Pagamento de Convênios e de Fornecedores e serviços; e Processo contábil.

Processos	Principais Atividades
-----------	-----------------------

Processos	Principais Atividades
Pagamento de Convênios	Analisar para pagamento, Efetuar Ajuste Contábil, Apropriar Despesa, Efetuar Pagamento, Efetuar Conferência, Emitir Relação de Ordem Bancária, Colher assinaturas do Ordenador de Despesa e Gestor Financeiro e Encaminhar R.E. para o banco Creditar.
Pagamento de Fornecedores	Efetuar Triagem, Analisar para Pagamento, Emitir Pagamento, Certificar documentos Emitidos e Pagamentos, Providenciar Assinaturas da R. E, Devolver Processo Físico, Encaminhar R.E. ao Banco
Registro de Garantia e Contrato	Analisar processo de garantia ou contrato, consultar Siafi, Registrar contrato ou Termo Aditivo, Registrar no Siafi nota de lançamento, e Efetuar Guarda do processo.
Devolução da Caução	Consultar Fiscal do Contrato, Solicitar a retirada da caução, emitir ofício ao Banco, Efetuar baixa no registro da caução, Providenciar reconhecimento de Firma, Retirar o dinheiro no banco.
Análise Contábil	Analisar os registros contábeis, Solicitar regularização dos registros contábeis, Registrar ocorrências de restrição contábil, Elaborar memorandos de notificação sobre restrição contábil para as Unidades da Funasa na Presi e para as Suest's
Consolidação das Informações Imposto de Renda Retido na Fonte	Realizar ajustes no ATUARQDIRF antes do envio da DIRF/GOV, Consolidar Declaração de Imposto de Renda retido na Fonte para envio à Receita, Consultar pagamentos e recolhimentos no SIAFI Operacional, Ajustar inconsistências diretamente no Programa da Receita

A Superintendência Estadual da Bahia atua nos macroprocessos de apoio Financeiros, executando e acompanhando a programação e execução orçamentária e financeira, mantendo atualizados os registros orçamentários e financeiros recebidos e os saldos dos empenhos emitidos. Também promovem o pagamento de processos de despesa estadual, bem como enviam e/ou retificam as declarações anuais obrigatórias a nível Suest. Promovem estudos de custos orçamentários e financeiros das ações envolvidas pela Superintendência.

2) Gestão de Logística: Refere-se aos processos relacionados com toda a logística da Funasa, sendo esses Gestão de Compras e Contratações; Gestão de Contratos; Gestão de Diárias e Passagens; Gestão de Patrimônio; Gestão de Transporte; e Gestão do Fluxo de Documentação.

Processos	Principais Atividades
Gestão de Compras e Contratações	Aquisições e Contratações Diretas e por meio de Licitações. Gerenciamento de Contratos. Gerenciar Material de Consumo. Manutenção Predial. Solicitação de Materiais e Serviços. Fiscalização de Contratos.
Gestão de Patrimônio	Apropriação de Bens. Controle Patrimonial de Bens Imóveis. Desfazimento de Bens.

Processos	Principais Atividades
	Inventário. Movimentação de Bens Móveis.
Gestão de Arquivo e Documentação	Abertura e Recebimento de Documentação. Arquivamento de Processos/Documentos. Classificação de Documentos. Eliminação de Documentos.
Gestão Diárias e Passagens	Cobrança Trimestral. Orientações em Diárias e Passagens. Prestação de Contas. Solicitação de Diárias e Passagens. Concessão de Diárias e Passagens. Prestação de Contas.

Neste macroprocesso as Superintendências Estaduais aplicam o controle, orientação e fiscalização da execução de atividades de limpeza, manutenção, vigilância, transporte, administração de material, patrimônio, obras e comunicação; análise e acompanhamento dos processos licitatórios, dispensas e inexigibilidade de licitação; acompanhamento da execução de contratos, acordos e ajustes; e na elaboração de minutas de contratos, aditivos e acordos, submetendo-os à apreciação do Superintendente.

3) Gestão de Pessoas: Trata-se dos processos de captação e capacitação de recursos humanos, desde a seleção ao pagamento, tendo como principais processos a Promoção e Progressão de Servidores; Movimentação de Pessoas/Afastamento; Gestão de Seleção e Desenvolvimento; Pagamento dos Servidores; Assistência Integrada à Saúde do Servidor; Orientação para Aplicação da Legislação de Pessoal; e Gestão de Parcerias de RH.

Processos	Principais Atividades
Movimentação de Pessoas / Afastamento	Pensão, Aposentadoria e Abono de Permanência. Cessão e Redistribuição. Remoção, Licenças, Férias, Exoneração e Demissão.
Gestão de Seleção e Desenvolvimento	Recrutamento e Seleção. Elaboração de Políticas de Seleção e Desenvolvimento. Capacitação de RH.
Pagamento dos Servidores	Controle de Folha de Pagamento.

A Gestão de Pessoas nas Superintendências Estaduais refere-se à gestão de recursos humanos, em harmonia com diretrizes emanadas pela Presidência; proceder com estudos sobre lotação ideal de seus servidores; executar as atividades de pagamento de remuneração e vantagens dos servidores ativos, aposentados e pensionistas; elaborar cálculos de direitos e vantagens decorrentes da implantação e revisão de aposentadorias e pensões e outros que impliquem em alteração de remuneração; executar as atividades de atualização cadastral, movimentação de pessoal e concessão de benefícios de servidores ativos e inativos; promover a apresentação da declaração de bens e rendas dos servidores da Funasa, no final de cada exercício financeiro, exoneração ou afastamento definitivo.

4) Gestão de Modernização: Processos relacionados ao desenvolvimento institucional, gestão pública, implementação dos padrões de qualidade no atendimento ao cidadão, gestão por processos e normatização.

Processos	Principais Atividades
Gestão por Processos / Normatização	Mapear e melhorar os processos de negócio da Funasa. Normatizar os procedimentos de trabalho. Promover interação e comunicação entre as áreas visando racionalizar o método de trabalho. Propor/criar indicadores de desempenho e qualidade para os processos de negócio.
Elaboração / Revisão de Formulários	Elaborar e atualizar formulários de acessos à sistemas de informação e rede de computadores da Funasa.
Implementação dos Padrões de Qualidade no Atendimento ao Cidadão	Elaborar Material p/ a Implementação dos Padrões. Implementar Padrões de Qualidade. Monitorar Unidade após Implementação dos Padrões.
Gerir Gespública na Funasa	Capacitar Facilitadores p/ Auto-Avaliação. Realizar Sensibilização no âmbito da FUNASA. Realizar Auto-Avaliação. Elaborar Plano de Melhoria. Estabelecer Metas de Melhorias. Implementar Plano de Melhoria da Gestão-PMG. Monitorar Plano de Melhoria da Gestão-PMG. Executar Ações Corretivas.

Este macroprocesso **não se aplica às SUEST** pois trata-se de uma atividade centralizada na Presidência da Funasa.

5) Gestão de Tecnologia da Informação: Processos referentes à toda gestão de TI na Funasa, desde um atendimento de suporte ao desenvolvimento de sistemas, banco de dados e rede e infraestrutura. Dentre esses processos compreende suporte técnico ao usuário; serviços rede e infraestrutura; desenvolvimento e melhoria de Sistemas; banco de dados; suporte a sistemas e governança em TI.

Processos	Principais Atividades
Suporte Técnico ao Usuário	Suporte a Ponto e Acesso a Rede. Remanejamento de Equipamentos. Suporte a Aplicativos. Suporte a Peças e Equipamentos.
Rede e Infraestrutura	Gestão de Servidores de Rede. Comunicação de Dados de Rede.
Desenvolvimento e Melhoria de Sistemas	Desenvolvimento de Novos Sistemas. Manutenção de Sistemas.
Banco de Dados	Criação e Manutenção de Objetos. Execução de Script. Análise de Erros. Migração e Carga de Dados. Manipulação de Dados em Produção. Migração de Banco de Dados. Backup de Banco de Dados.
Suporte a Sistemas	Implantação de Sistemas. Atendimento a Usuário. Qualidade e Capacitação.
Aquisição de Bens e	Planejamento da Contratação.

Serviços de Informática	Análise de Viabilidade. Plano de Sustentação. Estratégia da Contratação. Análise de Riscos. Elaboração de Termo de Referência. Seleção do Fornecedor. Gerenciamento do Contrato. Monitoramento da Execução do Contrato.
-------------------------	--

Este macroprocesso se aplica às Superintendências Estaduais apenas no que tange à fiscalização dos serviços e utilização dos bens e serviços TI, os demais processos tratam-se de atividades centralizadas na Presidência da Funasa.

Os macroprocessos de apoio mapeados encontram-se à disposição para serem verificados no seguinte endereço: <http://www.funasa.gov.br/macro-processos/index.htm>

1.6 Principais Parceiros

Os principais parceiros desta SUEST são as Secretarias Municipais de Saúde e o Governo do Estado.

2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 Planejamento da unidade

a) Descrição sintética dos planos estratégico, tático e operacional que orientam a atuação da unidade

O processo de planejamento da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) iniciou-se com a revisão do referencial estratégico, a partir da definição da sua nova missão, visão e valores, considerando os pontos fortes e fracos dentro do horizonte estabelecido. Passando em seguida pela etapa de elaboração e pactuação do plano de ação tendo sido definido como ferramenta tecnológica de gestão, o MS Project (aplicativo voltado para o gerenciamento de projetos, onde se pode planejar, implementar e acompanhar as ações).

O MS Project foi utilizado para o planejamento, a implementação e o acompanhamento das ações pactuadas em todos os níveis (Presidência e Superintendência), que se deu de forma colegiada, possibilitando a reflexão quanto ao alcance dos resultados pretendidos, considerando a factibilidade dos prazos. O caráter dinâmico de todo o processo de planejamento pressupõe o estabelecimento de novas estratégias, subsidiando a tomada de decisão tempestiva quanto à necessidade de novas intervenções ou medidas.

O processo de Planejamento consistiu na pactuação de um conjunto de medidas (Ações e Atividades), registradas no MS Project, consideradas indispensáveis ao enfrentamento das dificuldades reconhecidas pela instituição e, simultaneamente, daquelas suficientes para o alcance dos resultados almejados; sobretudo aqueles que guardam correspondência com as políticas

públicas, planos, programas, objetivos e metas governamentais de responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde.

Na primeira etapa deste processo, houve a definição das estratégias e diretrizes gerais do Plano de Ação realizada durante reuniões agendadas especificamente para este fim (reunião de diretoria e reunião de diretoria ampliada). Definidas as estratégias e diretrizes gerais, cada diretoria consolidou no MS Project, as ações necessárias que lhes competem executar, levando-se em consideração atividades, tempo e recursos (humanos, logísticos e orçamentários).

Em um segundo momento as diretorias identificaram no conjunto de ações e tarefas registradas no MS Project, aquelas que são de competência e responsabilidade das Superintendências Estaduais (SUEST) e que, portanto, deverão ser objeto de desdobramento nos Planos de Ação da Suest.

Após esta etapa, as ações e tarefas são apresentadas em reunião de diretoria, no MS Project, para socialização das informações, pactuação de prazos e demais considerações pertinentes.

Por fim, após o nivelamento em reunião de diretoria, as ações e tarefas, registradas no MS Project, foram apresentadas em reunião de planejamento, com a participação das áreas técnicas da Presidência e das Superintendências Estaduais (SUEST), para pactuação e deliberação quanto aos possíveis desdobramentos, responsáveis e prazos no nível das Superintendências

b) Demonstração da vinculação do plano da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas e com o PPA

O processo de planejamento, por competência institucional, está localizado no nível central da instituição, e conta, sempre que necessário, com a participação de representações das suas esferas estaduais. Conforme é de conhecimento foram definidos os seguintes componentes que conformam o arco do processo, desde a sua planificação até a sua avaliação: elaboração do referencial estratégico contemplando a missão institucional, visão de futuro e valores. Com relação aos objetivos estratégicos, estes foram definidos em conformidade com os órgãos de interesses convergentes, Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Ministério da Integração Nacional e Ministério do Meio Ambiente, por ocasião da elaboração do Plano Plurianual de Governo para o período de 2012 a 2015. As metas trabalhadas foram estabelecidas pela própria instituição, e se encontram também elencadas no Plano Plurianual de Governo, do mesmo período. Os movimentos de monitoramento e avaliação, em nível interno, ainda não estão sistematizados, embora já se tenha elaborado uma planilha de indicadores de gestão - que auxiliam no processo de monitoramento - e de desempenho institucional, que são utilizados quando do processo de avaliação institucional. A título de ratificação, a ligação do processo de planejamento com o Plano Plurianual e seus componentes é de competência da Presidência da instituição.

Por tudo isso, depreende-se que a Superintendência Estadual, por ser uma unidade descentralizada da estrutura central, não tem um processo de planejamento autônomo, desvinculado da presidência. Em outras palavras, as macrodecisões sobre em que bases planejar, bem assim a escolha de demais critérios que norteiam a feitura desses documentos são de responsabilidade da presidência da instituição, e acontecem no seu espaço de atuação.

Com relação a plano de trabalho, no ano de 2013, foi instituído para as Superintendências Estaduais, um plano de ação, baseado na ferramenta MS-Project, com atributos de abrangência nacional e estadual, expressos por projetos, ações, subações, tarefas, responsáveis, e prazo de execução, em correlação com as metas e objetivos estratégicos definidos no plano estratégico da instituição, numa escala ascendente.

As Superintendências, portanto, ao executarem o seu plano de trabalho, contribuem para o alcance, em primeiro lugar, das metas estabelecidas pela instituição, e, por consequência, com os objetivos estratégicos estabelecidos. Esse é o nível de atuação das Superintendências, no espectro do processo de planejamento estratégico desenvolvido pela Fundação.

c) Principais objetivos estratégicos da unidade para o exercício de 2013 e as estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos.

Objetivos Estratégicos DIESP:

Enquanto unidade responsável por processos finalísticos da instituição, a Divisão de Engenharia de Saúde Pública da Superintendência Estadual da Bahia (Diesp/Suest-BA) contribui para a realização da missão institucional apoiando tecnicamente o estado e municípios na elaboração e execução de projetos de saneamento. Para tanto, a Diesp/Suest-BA buscou em 2013 atender aos seguintes objetivos estratégicos:

- Fomento à implantação de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES), Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD) e Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas (MHCDC);
- Desenvolvimento de estratégias de cooperação técnica;
- Apoio à implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água e a construção de cisternas para captação de água de chuva em comunidades rurais;
- Apoio à implantação de Sistemas de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e a cooperativas de catadores de materiais recicláveis;
- Elaboração de Projetos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.

ESTRATÉGIAS ADOTADAS PARA SUA REALIZAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS ENVOLVIDOS:

A Diesp/Suest-BA viabiliza seus objetivos estratégicos por meio do estabelecimento de Termos de Compromisso, Convênios e/ou Termos de Parceria.

O fomento à implantação de **Sistemas de Abastecimento de Água (SAA)**, **Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES)**, **Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD)** e **Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas (MHCDC)** é realizado por meio do estabelecimento e acompanhamento de convênios e termos de compromisso (PAC).

Na ação de **SAA** são executados serviços como: captação de água bruta em mananciais superficiais, captação subterrânea, adutora, estação elevatória de água, estação de tratamento de água, reservatórios, rede de distribuição, ligações domiciliares etc.

Já na ação de **SES** financia-se a execução de serviços de rede coletora de esgotos, interceptores, estação elevatória de esgoto, estação de tratamento de esgoto, emissários, ligações domiciliares, entre outros.

As **Melhorias Sanitárias Domiciliares** são intervenções promovidas, prioritariamente, nos domicílios e, eventualmente, intervenções coletivas de pequeno porte. Incluem a construção de módulos sanitários, banheiro, privada, tanque séptico, sumidouro (poço absorvente), instalações de reservatório domiciliar de água, tanque de lavar roupa, lavatório, pia de cozinha, ligação à rede pública de água, ligação à rede pública de esgoto, dentre outras. São consideradas coletivas de pequeno porte, por exemplo: banheiro público, chafariz público, ramais condominiais, tanque séptico, etc. Em 21/10/2013, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria n. 1.207/2013 que aprova os critérios de elegibilidade e prioridade para aplicação de recursos orçamentários e financeiros, do Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde no que se refere à ação de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares.

Na ação de **MHCDC** fomenta-se a restauração (reforma de domicílio, visando à melhoria das condições físicas da casa, bem como do ambiente externo - peridomicílio) e reconstrução (caso especial, quando a estrutura da habitação não suporte as melhorias necessárias) de domicílios com vistas ao controle da transmissão da Doença de Chagas.

No ano de 2013 as principais ações desempenhadas em SAA, SES, MSD e MHCDC foram relacionadas à análise de projetos e ao acompanhamento da execução das obras executadas com recursos transferidos pela Funasa, seja por recursos da Programação Funasa, Emenda Parlamentar ou PAC, de instrumentos firmadas em anos anteriores.

Em 22/10/2013, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria n. 1.209/2013 que torna público o resultado da seleção de propostas para ações de implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas, do Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde, referente ao exercício de 2013.

As atividades desenvolvidas na ação de **Resíduos Sólidos**, a qual contempla a execução de serviços relacionados à coleta e destinação final dos resíduos sólidos (como a construção de aterro sanitários, galpões de triagem e aquisição de equipamentos), estão relacionadas à análise de projetos e ao acompanhamento da execução das obras. Os municípios são apoiados na construção de galpão, de aterro sanitário e na aquisição de veículos e equipamentos. Já as cooperativas de catadores são apoiadas na implementação de projetos de coleta e reciclagem de materiais diretamente com as cooperativas e associações de catadores.

No ano de 2013 as principais ações desempenhadas na ação de Resíduos Sólidos foram ligadas a análise de projetos e ao acompanhamento da execução das obras executadas com recursos transferidos pela Funasa, com recursos da Programação Funasa ou de Emenda Parlamentar. Além disso, houve acompanhamento da aquisição de veículos e equipamento pelas cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

A **Cooperação Técnica** desenvolve-se por meio de atividades de apoio técnico à gestão, fomento à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico e pela realização de cursos de capacitação a servidores municipais. No ano de 2013 as principais ações desempenhadas nesta área foram o acompanhamento de 30 convênios de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) em andamento e a realização, em convênio com a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Água e Esgoto (ASSEMAE), de cursos de capacitação aos municípios na Gestão de Serviços de Saneamento.

Para o acompanhamento das ações de cooperação técnica, foi instituído em cada Superintendência Estadual um Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica (NICT). Atualmente o NICT-BA é composto por servidores da Divisão de Engenharia de Saúde Pública, do Serviço de Saúde Ambiental e do Serviço de Convênios. A composição atual foi instituída pela Portaria nº 427/2013, publicada no Boletim de Serviços n. 39 da SUEST-BA.

As ações de saneamento em **comunidades rurais** desenvolvidas pela Diesp/Suest-BA em 2013 contemplaram a instalação e construção de cisternas para captação e armazenamento de águas de chuvas, e a realização de estudos geofísicos, perfuração de poços e implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água. Estas ações se desenvolveram no âmbito Brasil Sem Miséria, um plano social do governo federal brasileiro instituído pelo Decreto nº 7.492/2011, cujo objetivo é elevar a renda e as condições de bem-estar da população brasileira que vive em situação de extrema pobreza.

No tocante à **construção e instalação de cisternas**, em 2013 foram executadas 1694 cisternas em comunidades rurais dos municípios de Itaguaçu da Bahia, Xique-Xique, Boninal, Sítio do Mato, Carinhanha, Inhambupe e Filadélfia. As obras vêm sendo executadas pela empresa Master Serviços Técnicos Ltda., com acompanhamento de um engenheiro e de técnicos em saneamento do quadro da Funasa, que acompanham diariamente a execução dos serviços.

Além da complicada logística de atuação, um fator que dificultou a realização dos serviços em 2013 foi a seca em algumas regiões contempladas, o que não possibilitou o abastecimento de algumas cisternas no município de Xique-Xique. Para contornar essas situações, buscou-se viabilizar o abastecimento com poços existentes na região. Foi feito também um relatório dos possíveis locais onde poderiam ser perfurados poços na região para que a população fosse atendida. Além disso, foram feitas tratativas com o Escritório Regional da Embasa em Itaguaçu da Bahia para abastecimento por meio de carro pipa. Após algum tempo, a situação foi regularizada com a ocorrência de chuvas na região.

Destaca-se, finalmente, além da execução direta, que foi feito acompanhamento de convênios firmados com as prefeituras de Muquém de São Francisco e Cabaceiras do Paraguaçu para execução de 326 cisternas.

Ainda no âmbito do Brasil Sem Miséria, a Fundação Nacional de Saúde lançou edital para contratação de empresas para realizar **estudos geofísicos, perfuração de poços e implantação de sistemas simplificados de abastecimento** de água em localidades de 7 (sete) municípios do estado da Bahia (Tremedal, Rio de Contas, Muquém de São Francisco, Ibitiara, Ipirá, Curaçá, Filadélfia). Os trabalhos têm sido acompanhados pelo geólogo da DIESP/SUEST-BA. Em 2013 foram realizados os trabalhos de campo relativos aos estudos geofísicos (restando apenas a entrega dos relatórios definitivos) e foram perfurados 16 poços. Além disso, foram realizadas visitas preliminares para readequação dos projetos dos sistemas simplificados previstos.

A ação de **Elaboração de Projetos** de abastecimento de água e esgotamento sanitário pela Funasa desenvolve-se por meio da contratação direta de empresas projetistas e do posterior acompanhamento da elaboração dos projetos. No âmbito da Diesp/Suest-BA, em 2011, foi lançado o Edital de Concorrência n. 11/2011 que teve como objeto a contratação de empresa de consultoria responsável pela elaboração de diagnósticos, estudos de concepção e viabilidade (Relatório Técnico Preliminar – RTP), serviços de campo, projetos básicos e executivos de engenharia e estudos ambientais para Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) e/ou Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) em Municípios/localidades do Estado da Bahia.

A UFC Engenharia foi a empresa vencedora do certame licitatório dos projetos de abastecimento de água de localidades em 21 municípios. Contudo, antes da assinatura do contrato, a empresa declinou do certame. A HISA Engenharia foi a empresa vencedora do certame licitatório dos projetos de esgotamento sanitário de 25 municípios, tendo sido firmado o Contrato nº 21/2012, que encontra-se atualmente em andamento.

O contrato nº 21/2012 é acompanhamento por uma equipe de engenheiros da Diesp/Suest-BA, designados pela Portaria nº 201, de 25/04/2013. Em 2013 as principais ações de acompanhamento realizadas foram: análises técnicas de produtos do contrato, reuniões com a empresa contratada e com entidades municipais e estaduais relacionadas com os projetos em andamento, apresentações às prefeituras municipais envolvidas. O andamento do contrato esbarrou em uma série de entraves no ano 2013, dentre os quais o mais preocupante foi a questão dos quantitativos contratados que se mostraram subestimados frente às reais necessidades. Além disso, destaca-se o desempenho abaixo do esperado da empresa, que tem sido enfrentado por meio de cobranças oficiais e por meio de gestão junto à DEADM/PRESI (unidade gestora do contrato).

Atividades Previstas e Realizadas

% concluído	Descrição do Item	REALIZADO	PREVISTO	Análise Crítica
39%	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA			
22%	PAC I			
56%	ACOMPANHAMENTO SEM CONTRATO DE SUPERVISÃO [11 OBRAS COM LIBERAÇÃO DE PARCELAS]			Foi estimada 01 visita técnica para cada obra em execução. No entanto o ritmo das obras foi abaixo do esperado.
56%	REALIZAR VISITAS [TOTAL DE VISITAS REALIZADAS / 09 VISITAS PROGRAMADAS]	5	9	
56%	SUEST BA - EMITIR RELATÓRIO RAA OU RVT [TOTAL DE R2 OU R3 EMITIDOS / 09 VISITAS PROGRAMADAS]	5	9	
10%	ACOMPANHAMENTO COM CONTRATO DE SUPERVISÃO [04 OBRAS COM LIBERAÇÃO DE PARCELAS]			No contrato de apoio a supervisão tem 4 TC/PAC de SAA com liberação de parcela. Uma delas está em fase de conclusão, logo não haverá emissão de OS. Das 3, apenas duas iniciaram, justificando a emissão das OS. No entanto, não foi emitido nenhum RMA, em função das obras estarem paralisadas.
0%	ANÁLISE DE RELATÓRIO RMA [03RMA]			
67%	EMITIR ORDEM DE SERVIÇO [TOTAL DE OS EMITIDAS / 03 OS PREVISTAS NO CONTRATO PARA 2013]	2	3	
0%	RECEBER RMA [TOTAL DE RMA RECEBIDOS / 03 RMA PREVISTOS PARA 2013]	0	3	
0%	SUEST BA - ANALISAR RMA [TOTAL DE RMA ANALISADOS / 03 RMA PREVISTOS PARA 2013]	0	3	
0%	ANÁLISE DE RELATÓRIO RCA [01 RCA]			Foi estimada a emissão de 01 RCA, uma vez que apenas uma obra tinha possibilidade de liberação de parcela em 2013, no entanto a obra foi paralisada.
0%	RECEBER RCA [TOTAL DE RCA RECEBIDOS / 01RCA PREVISTOS PARA 2013]	0	1	
0%	SUEST BA - ANALISAR RCA [TOTAL DE RCA ANALISADOS / 01 RCA PREVISTOS PARA 2013]	0	1	
0%	REALIZAR VISITAS [TOTAL DE VISITAS REALIZADAS / 01VISITAS PROGRAMADAS]	0	1	
0%	SUEST BA - EMITIR RELATÓRIO RAA OU RVT [TOTAL DE RAA OU RVT EMITIDOS / 01 RCA PREVISTOS]	0	1	
54%	PAC II			
50%	ACOMPANHAMENTO SEM CONTRATO DE SUPERVISÃO [02 OBRAS COM LIBERAÇÃO DE PARCELAS]			Foi estimada 01 visita técnica para cada obra em execução. No entanto o ritmo das obras foi abaixo do esperado.
50%	REALIZAR VISITAS [TOTAL DE VISITAS REALIZADAS / 02 VISITAS PROGRAMADAS]	1	2	
50%	SUEST BA - EMITIR RELATÓRIO RAA OU RVT [TOTAL DE RAA OU RVT EMITIDOS / 02 VISITAS PROGRAMADAS]	1	2	
56%	ACOMPANHAMENTO COM CONTRATO DE SUPERVISÃO [23 OBRAS COM LIBERAÇÃO DE PARCELAS]			No contrato de apoio a supervisão tem 23 TC/PAC de SAA com liberação de parcela.. Das 23, apenas 11
77%	ANÁLISE DE RELATÓRIO RMA [34 RMA]			

79%	EMITIR ORDEM DE SERVIÇO [TOTAL DE OS EMITIDAS / 23 OS PREVISTAS NO CONTRATO PARA 2013]	11	23	iniciaram, justificando a emissão das OS. No entanto, foram emitidos menos RMA que o previsto, em função das obras estarem paralisadas ou em ritmo lento.
79%	RECEBER RMA [TOTAL DE RMA RECEBIDOS / 34 RMA PREVISTOS PARA 2013]	27	34	
74%	SUEST BA - ANALISAR RMA [TOTAL DE RMA ANALISADOS / 34 RMA PREVISTOS PARA 2013]	25	34	
46%	ANÁLISE DE RELATÓRIO RCA [11 RCA]			
9%	RECEBER RCA [TOTAL DE RCA RECEBIDOS / 11 RCA PREVISTOS PARA 2013]	1	11	Foi estimada a emissão de 11 RCA, uma vez que havia 11 obras com possibilidade de liberação de parcela em 2013. No entanto o ritmo das obras foi abaixo do esperado.
9%	SUEST BA - ANALISAR RCA [TOTAL DE RCA ANALISADOS / 11 RCA PREVISTOS PARA 2013]	1	11	
82%	REALIZAR VISITAS [TOTAL DE VISITAS REALIZADAS / 11 VISITAS PROGRAMADAS]	9	11	
82%	SUEST BA - EMITIR RELATÓRIO R2 OU R3 [TOTAL DE R2 OU R3 EMITIDOS / 11 RCA PREVISTOS]	9	11	
14%	PAC SEMI ARIDO (AL, BA, CE, MG, PB, PE E RN)			Não foi concluído, em função do atraso do comprometente na entrega da documentação e atendimento das pendências de projeto.
67%	ANÁLISE DE PROJETOS [03 TERMOS DE COMPROMISSO CELEBRADOS]			
67%	SUEST BA - APROVAR PROJETO [TOTAL DE PROJETOS APROVADOS / 03 TERMOS DE COMPROMISSO CELEBRADOS]	2	3	
0%	ACOMPANHAMENTO SEM CONTRATO DE SUPERVISÃO [00 OBRAS COM LIBERAÇÃO DE PARCELAS]			Foi estimada 01 visita técnica para o único projeto da ação que estava aprovado. No entanto entraves administrativos atrasaram a liberação da parcela, impedindo o início da obra.
0%	REALIZAR VISITAS [TOTAL DE VISITAS REALIZADAS / 01 VISITAS PROGRAMADAS]	0	1	
0%	SUEST BA - EMITIR RELATÓRIO R2 OU R3 [TOTAL DE R2 OU R3 EMITIDOS / 01 VISITAS PROGRAMADAS]	0	1	
50%	PROGRAMAÇÃO E EMENDAS			Foi estabelecida a meta de recebimento, análise, realização de visita e aprovação relativa a 02 projetos da ação passíveis de análise e aprovação. Todos foram recebidos e analisados, porém em virtude de pendências técnicas não foi possível realizar visita preliminar e aprovar os projetos.
50%	ANÁLISE DE PROJETOS [02 INSTRUMENTOS CELEBRADOS]			
100%	RECEBER PROJETOS [TOTAL DE PROJETOS RECEBIDOS / 02 INSTRUMENTOS CELEBRADOS VIGENTES]	2	2	
0%	REALIZAR VISITAS TÉCNICAS PRELIMINARES [TOTAL DE VISITAS REALIZADAS / 02 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS]	0	2	
100%	ANALISAR PROJETOS [TOTAL DE PROJETOS ANALISADOS / 02 INSTRUMENTOS CELEBRADOS VIGENTES]	2	2	
0%	SUEST BA - APROVAR PROJETOS [TOTAL DE PROJETOS APROVADOS / 02 INSTRUMENTOS CELEBRADOS VIGENTES]	0	2	
50%	ACOMPANHAMENTO SEM CONTRATO DE SUPERVISÃO [10 OBRAS COM LIBERAÇÃO DE PARCELAS]			Foi estimada 01 visita técnica para cada obra em execução. No entanto o ritmo das obras foi abaixo do esperado.
50%	REALIZAR VISITAS [TOTAL DE VISITAS REALIZADAS / 04 VISITAS PROGRAMADAS]	2	4	
50%	SUEST BA - EMITIR RELATÓRIO R2 OU R3 [TOTAL DE R2 OU R3 EMITIDOS / 04 VISITAS PROGRAMADAS]	2	4	
25%	SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO			
53%	PAC I			
53%	ACOMPANHAMENTO COM CONTRATO DE SUPERVISÃO [04 OBRAS COM LIBERAÇÃO DE PARCELAS]			No contrato de apoio a supervisão foram 4 TC/PAC de SES com liberação de parcela e OS emitidas. No entanto, foram emitidos menos RMA que o previsto, em função de uma das obras está paralisada.
74%	ANÁLISE DE RELATÓRIO RMA [04 RMA]			
100%	EMITIR ORDEM DE SERVIÇO [TOTAL DE OS EMITIDAS / 04 OS PREVISTAS NO CONTRATO PARA 2013]	4	4	
67%	RECEBER RMA [TOTAL DE RMA RECEBIDOS / 09 RMA PREVISTOS PARA 2013]	6	9	
56%	SUEST BA - ANALISAR RMA [TOTAL DE RMA ANALISADOS / 09 RMA PREVISTOS PARA 2013]	5	9	
38%	ANÁLISE DE RELATÓRIO RCA [04 RCA]			Foi estimada a emissão de 4 RCA, uma vez que havia 4 obras com possibilidade de
0%	RECEBER RCA [TOTAL DE RCA RECEBIDOS / 04 RCA PREVISTOS PARA 2013]	0	4	

0%	SUEST BA - ANALISAR RCA [TOTAL DE RCA ANALISADOS / 04 RCA PREVISTOS PARA 2013]	0	4	liberação de parcela em 2013. No entanto o ritmo das obras foi abaixo do esperado.
75%	REALIZAR VISITAS [TOTAL DE VISITAS REALIZADAS / 04 VISITAS PROGRAMADAS]	3	4	
75%	SUEST BA - EMITIR RELATÓRIO R2 OU R3 [TOTAL DE R2 OU R3 EMITIDOS / 04 RCA PREVISTOS]	3	4	
23%	PAC II			
20%	ELABORAÇÃO DE PROJETOS [26 PROJETOS]			
54%	RTP			
100%	EMITIR ORDEM DE SERVIÇO [TOTAL DE OS EMITIDAS / 01 OS PREVISTAS NO CONTRATO PARA 2013]	1	1	Estavam previstos 26 RTP, contudo, em virtude de atraso da contratada, foram recebidos apenas 12. Destes, foram aprovados apenas 6, devido divergências frente ao Termo de referência.
46%	RECEBER RTP [TOTAL DE RTP RECEBIDOS / 26 RTP PREVISTOS NO CONTRATO PARA 2013]	12	26	
46%	EMITIR PARECER [TOTAL DE PARECERES EMITIDOS / 26 RTP PREVISTOS NO CONTRATO PARA 2013]	12	26	
23%	SUEST BA - APROVAR RTP [TOTAL DE RTP APROVADOS / 26 RTP PREVISTOS NO CONTRATO PARA 2013]	6	26	
48%	LEVANTAMENTOS DE CAMPO			
48%	EMITIR ORDEM DE SERVIÇO [TOTAL DE OS EMITIDAS / 25 OS PREVISTAS NO CONTRATO PARA 2013]	12	25	Estavam previstos 25 levantamentos de campo, contudo, em virtude de atraso da contratada, foram autorizados apenas 12. Destes, foram aprovados 11, devido divergências frente ao Termo de referência.
52%	RECEBER LEVANTAMENTOS DE CAMPO [TOTAL DE LEVANTAMENTOS DE CAMPO RECEBIDOS / 25 LEVANTAMENTOS DE CAMPO PREVISTOS NO CONTRATO PARA 2013]	13	25	
48%	EMITIR PARECER [TOTAL DE PARECERES EMITIDOS / 25 LEVANTAMENTOS DE CAMPO PREVISTOS NO CONTRATO PARA 2013]	12	25	
44%	SUEST BA - APROVAR LEVANTAMENTOS DE CAMPO [TOTAL DE LEVANTAMENTOS DE CAMPO APROVADOS / 25 LEVANTAMENTOS DE CAMPO PREVISTOS NO CONTRATO PARA 2013]	11	25	
0%	PROJETOS BÁSICOS			
0%	EMITIR ORDEM DE SERVIÇO [TOTAL DE OS EMITIDAS / XX OS PREVISTAS NO CONTRATO PARA 2013]	0	27	Não foram emitidas OS para elaboração dos projetos básicos, em virtude dos quantitativos do contrato estarem subestimados e dificuldade de consenso entre as partes sobre os quantitativos necessários.
0%	RECEBER PROJETOS BÁSICOS [TOTAL DE PROJETOS BÁSICOS RECEBIDOS / 27 PROJETOS BÁSICOS PREVISTOS NO CONTRATO PARA 2013]	0	27	
0%	EMITIR PARECER [TOTAL DE PARECERES EMITIDOS / 27 PROJETOS BÁSICOS PREVISTOS NO CONTRATO PARA 2013]	0	27	
0%	SUEST BA - APROVAR PROJETOS BÁSICOS [TOTAL DE PROJETOS BÁSICOS APROVADOS / 27 PROJETOS BÁSICOS PREVISTOS NO CONTRATO PARA 2013]	0	27	
0%	PROJETOS EXECUTIVOS			
0%	EMITIR ORDEM DE SERVIÇO [TOTAL DE OS EMITIDAS / 14 OS PREVISTAS NO CONTRATO PARA 2013]	0	14	Não foram emitidas OS para elaboração dos projetos executivos, em virtude dos quantitativos do contrato estarem subestimados e dificuldade de consenso entre as partes sobre os quantitativos necessários.
0%	RECEBER PROJETOS EXECUTIVOS [TOTAL DE PROJETOS EXECUTIVOS RECEBIDOS / 14 PROJETOS EXECUTIVOS PREVISTOS NO CONTRATO PARA 2013]	0	14	
0%	EMITIR PARECER [TOTAL DE PARECERES EMITIDOS / 14 PROJETOS EXECUTIVOS PREVISTOS NO CONTRATO PARA 2013]	0	14	
0%	SUEST BA - APROVAR PROJETOS EXECUTIVOS [TOTAL DE PROJETOS EXECUTIVOS APROVADOS / 14 PROJETOS EXECUTIVOS PREVISTOS NO CONTRATO PARA 2013]	0	14	
0%	ESTUDOS AMBIENTAIS			
0%	EMITIR ORDEM DE SERVIÇO [TOTAL DE OS EMITIDAS / 13 OS PREVISTAS NO CONTRATO PARA 2013]	0	13	Até o momento não foi possível emitir OS para os estudos ambientais pois não se definiu como será obtida a Licença de Instalação (LI) dos projetos. O contrato prevê que o pagamento
0%	RECEBER ESTUDOS AMBIENTAIS [TOTAL DE ESTUDOS AMBIENTAIS RECEBIDOS / 13 ESTUDOS AMBIENTAIS PREVISTOS NO CONTRATO PARA 2013]	0	13	

0%	EMITIR PARECER [TOTAL DE PARECERES EMITIDOS / 13 ESTUDOS AMBIENTAIS PREVISTOS NO CONTRATO PARA 2013]	0	13	destes Estudos é feito mediante apresentação da LI, contudo o órgão ambiental da Bahia exige para emissão desta licença apresentação de documentação de posse do terreno, documento este fora da governabilidade da contratada. Assim, em reunião ocorrida na Presidência no mês de Julho, a representante da PGF orientou que não fosse emitida O.S. para este produto do contrato até que se resolvesse a questão. Ressalta-se que esta orientação foi extraoficial.
0%	SUEST BA - APROVAR ESTUDOS AMBIENTAIS [TOTAL DE ESTUDOS AMBIENTAIS APROVADOS / 13 ESTUDOS AMBIENTAIS PREVISTOS NO CONTRATO PARA 2013]	0	13	
32%	ACOMPANHAMENTO COM CONTRATO DE SUPERVISÃO [14 OBRAS COM LIBERAÇÃO DE PARCELAS]			No contrato de apoio a supervisão tem 14 TC/PAC de SES com liberação de parcela. Das 14 , apenas 04 iniciaram, justificando a emissão das OS. No entanto, foram emitidos menos RMA que o previsto, em função das obras estarem paralisadas ou em ritmo lento.
57%	ANÁLISE DE RELATÓRIO RMA [14 RMA]			
29%	EMITIR ORDEM DE SERVIÇO [TOTAL DE OS EMITIDAS / 14 OS PREVISTAS NO CONTRATO PARA 2013]	4	14	
75%	RECEBER RMA [TOTAL DE RMA RECEBIDOS / 12 RMA PREVISTOS PARA 2013]	9	12	
67%	SUEST BA - ANALISAR RMA [TOTAL DE RMA ANALISADOS / 12 RMA PREVISTOS PARA 2013]	8	12	
13%	ANÁLISE DE RELATÓRIO RCA [04 RCA]			Foi estimada a emissão de 04 RCA, uma vez que havia 04 obras com possibilidade de liberação de parcela em 2013. No entanto o ritmo das obras foi abaixo do esperado.
0%	RECEBER RCA [TOTAL DE RCA RECEBIDOS / 04 RCA PREVISTOS PARA 2013]	0	4	
0%	SUEST BA - ANALISAR RCA [TOTAL DE RCA ANALISADOS / 04 RCA PREVISTOS PARA 2013]	0	4	
25%	REALIZAR VISITAS [TOTAL DE VISITAS REALIZADAS / 04 VISITAS PROGRAMADAS]	1	4	
25%	SUEST BA - EMITIR RELATÓRIO R2 OU R3 [TOTAL DE R2 OU R3 EMITIDOS / 04 RCA PREVISTOS]	1	4	
6%	PROGRAMAÇÃO E EMENDAS			
0%	ANÁLISE DE PROJETOS [01 INSTRUMENTOS CELEBRADOS]			Não foram recebidos convênios para análise em 2013. A estimativa de 01 foi estabelecida dentre os instrumentos celebrados e considerados passíveis de análise. A meta de análise, realização de visita e aprovação só poderá ser definida após o recebimento de algum projeto.
100%	RECEBER PROJETOS [TOTAL DE PROJETOS RECEBIDOS / 01 INSTRUMENTOS CELEBRADOS VIGENTE]	1	1	
0%	REALIZAR VISITAS TÉCNICAS PRELIMINARES [TOTAL DE VISITAS REALIZADAS / 00 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS]			
0%	ANALISAR PROJETOS [TOTAL DE PROJETOS ANALISADOS / 00 INSTRUMENTOS CELEBRADOS]			
0%	SUEST BA - APROVAR PROJETOS [TOTAL DE PROJETOS APROVADOS / 00 INSTRUMENTOS CELEBRADOS]			
17%	ACOMPANHAMENTO SEM CONTRATO DE SUPERVISÃO [18 OBRAS COM LIBERAÇÃO DE PARCELAS]			Foi estimada 01 visita técnica para cada obra em execução. No entanto o ritmo das obras foi abaixo do esperado.
17%	REALIZAR VISITAS [TOTAL DE VISITAS REALIZADAS / 06 VISITAS PROGRAMADAS]	1	6	
17%	SUEST BA - EMITIR RELATÓRIO R2 OU R3 [TOTAL DE R2 OU R3 EMITIDOS / 06 VISITAS PROGRAMADAS]	1	6	
29%	APOIO À GESTÃO			
17%	PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO [30			Dos 30 CV celebrados, 6

	INSTRUMENTOS CELEBRADOS]			ainda não tinha sido aprovados, pois não tinha manifestação do convenente. Apos inúmeras cobranças, 04 encaminharam a documentação solicitada e destes 02 foram aprovados. Dos 30, 08 estão em execução e teriam chance de finalizar em 2013. No entanto, as dificuldades em sanar as pendências, por parte dos convenentes, impossibilitarão o atendimento da meta.
67%	ANALISAR PROPOSTAS DE PMSB [TOTAL DE PROPOSTAS DE PMSB ANALISADAS / 06 INSTRUMENTOS CELEBRADOS]	4	6	
33%	SUEST BA - APROVAR PROPOSTAS DE PMSB [TOTAL DE PROPOSTAS DE PMSB APROVADAS / 06 INSTRUMENTOS CELEBRADOS]	2	6	
0%	RECEBER PMSB [TOTAL DE PMSB RECEBIDOS / 08 INSTRUMENTOS CELEBRADOS]	0	8	
0%	ANALISAR PMSB [TOTAL DE PMSB ANALISADOS / 08 INSTRUMENTOS CELEBRADOS]	0	8	
0%	SUEST BA - APROVAR PRESTAÇÃO DE CONTAS [TOTAL DE PRESTAÇÕES DE CONTAS APROVADAS / 08 INSTRUMENTOS CELEBRADOS]	0	8	
0%	SUEST BA - APROVAR PMSB NA CÂMARA MUNICIPAL [TOTAL DE PMSB APROVADOS NA CÂMARA MUNICIPAL / 08 INSTRUMENTOS CELEBRADOS]	0	8	
100%	CAPACITAR TÉCNICOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE APOIO À GESTÃO [12 TÉCNICOS]			Todos os participantes do NICT previstos, participaram dos eventos.
100%	SUEST BA - PARTICIPAR DOS CURSOS ASSEMAE, ABES, CIDAP [TOTAL DE PARTICIPANTES TREINADOS / 12 PARTICIPANTES PREVISTOS]	12	12	
57%	MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES			
62%	PAC I			
62%	ACOMPANHAMENTO SEM CONTRATO DE SUPERVISÃO [38 OBRAS COM LIBERAÇÃO DE PARCELAS]			Foi estimada 01 visita técnica para cada obra em execução. No entanto o ritmo das obras foi abaixo do esperado.
62%	REALIZAR VISITAS [TOTAL DE VISITAS REALIZADAS / 42 VISITAS PROGRAMADAS]	26	42	
62%	SUEST BA - EMITIR RELATÓRIO R2 OU R3 [TOTAL DE R2 OU R3 EMITIDOS / 42 VISITAS PROGRAMADAS]	26	42	
57%	PAC II			
36%	ANÁLISE DE PROJETOS [07 TERMOS DE COMPROMISSO CELEBRADOS]			Foi estabelecida a meta de recebimento, análise, realização de visita e aprovação relativa a 07 projetos da ação passíveis de análise e aprovação. Foram recebidos e realizar visita preliminar em 02 projetos no ano de 2013, no entanto foram analisados e aprovados 03 projetos, em virtude de 01 ter sido recebido e realizada visita em 2012.
29%	RECEBER PROJETOS [TOTAL DE PROJETOS RECEBIDOS / 07 TERMOS DE COMPROMISSO CELEBRADOS]	2	7	
29%	REALIZAR VISITAS TÉCNICAS PRELIMINARES [TOTAL DE VISITAS REALIZADAS / 07 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS]	2	7	
43%	ANALISAR PROJETOS [TOTAL DE PROJETOS ANALISADOS / 07 TERMOS DE COMPROMISSO CELEBRADOS]	3	7	
43%	SUEST BA - APROVAR PROJETOS [TOTAL DE PROJETOS APROVADOS / 07 TERMOS DE COMPROMISSO CELEBRADOS]	3	7	
100%	ACOMPANHAMENTO SEM CONTRATO DE SUPERVISÃO [87 OBRAS COM LIBERAÇÃO DE PARCELAS]			Foi estimada 67 visita técnica com emissão de 1 relatório para cada visita realizada, para um universo de 87 obras com liberação de parcela. No entanto foram realizadas 85 visitas com seus respectivos relatórios.
100%	REALIZAR VISITAS [TOTAL DE VISITAS REALIZADAS / 67 VISITAS PROGRAMADAS]	85	85	
100%	SUEST BA - EMITIR RELATÓRIO R2 OU R3 [TOTAL DE R2 OU R3 EMITIDOS / 67 VISITAS PROGRAMADAS]	85	85	
55%	PROGRAMAÇÃO E EMENDAS			
49%	ANÁLISE DE PROJETOS [18 INSTRUMENTOS CELEBRADOS]			Foi estabelecida a meta de recebimento, análise, realização de visita e aprovação relativa a 18 projetos da ação passíveis de análise e aprovação. Foram recebidos 11, destes analisados 5, realizadas 04 visitas e aprovados 03, porém em virtude de pendências técnicas não foi
61%	RECEBER PROJETOS [TOTAL DE PROJETOS RECEBIDOS / 18 INSTRUMENTOS CELEBRADOS]	11	18	
44%	REALIZAR VISITAS TÉCNICAS PRELIMINARES [TOTAL DE VISITAS REALIZADAS / 09 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS]	4	9	
56%	ANALISAR PROJETOS [TOTAL DE PROJETOS ANALISADOS / 09 INSTRUMENTOS CELEBRADOS]	5	9	
33%	SUEST BA - APROVAR PROJETOS [TOTAL DE PROJETOS APROVADOS / 09 INSTRUMENTOS	3	9	

	CELEBRADOS]			possível realizar as demais análise, visita preliminar e aprovar os projetos.
68%	ACOMPANHAMENTO SEM CONTRATO DE SUPERVISÃO [90 OBRAS COM LIBERAÇÃO DE PARCELAS]			Foi estimada 39 visita técnica com emissão de 1 relatório para cada visita realizada, para um universo de 90 obras com liberação de parcela. No entanto foram realizadas 26 visitas com seus respectivos relatórios. Em função de terem sido retirados os cancelados e concluídos a meta não será atendida.
67%	REALIZAR VISITAS [TOTAL DE VISITAS REALIZADAS / 39 VISITAS PROGRAMADAS]	26	39	
69%	SUEST BA - EMITIR RELATÓRIO R2 OU R3 [TOTAL DE R2 OU R3 EMITIDOS / 39 VISITAS PROGRAMADAS]	27	39	
44%	SANEAMENTO RURAL			
77%	CONCLUIR A IMPLEMENTAÇÃO DE CISTERNAS CONTRATADAS EM 2012 [2522 CISTERNAS] (AL,BA, CE, PB, PE, PI E RN)			Dificuldade na definição da tecnologia adequada a região, na logística dos municípios, em virtude da dispersão das localidades, atraso nos pagamentos das faturas, implicam na baixa execução diante do prazo final do contrato, necessitando de prorrogação de vigência.
53%	SUEST BA - CONCLUIR CISTERNAS [TOTAL DE CISTERNAS CONCLUÍDAS / 2522 CISTERNAS CONTRATADAS]	1327	2522	
100%	ENCAMINHAR RELATÓRIO DE SITUAÇÃO DAS CISTERNAS AO DENSP [TOTAL DE RELATÓRIOS ENCAMINHADOS / 7 RELATÓRIOS PREVISTOS]	7	7	
40%	BSM - CONSTRUÇÃO DE SISTEMAS SIMPLIFICADOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA [09 SSAA] (AL, BA, CE, MG, PE, PI, RN E SE)			
39%	ESTUDOS GEOFÍSICOS [16 ESTUDOS GEOFÍSICOS]			
100%	EMITIR ORDEM DE SERVIÇO [TOTAL DE OS EMITIDAS / 01 OS PREVISTAS NO CONTRATO]	1	1	
94%	REALIZAR VISITAS TÉCNICAS DE ACOMPANHAMENTO COM RECEBIMENTO DOS INSTRUMENTOS DE PROPRIEDADE PÚBLICA DO TERRENO [TOTAL DE VISITAS REALIZADAS / 16 ESTUDOS GEOFÍSICOS PREVISTOS NO CONTRATO]	15	16	
0%	RECEBER ESTUDOS GEOFÍSICOS [TOTAL DE ESTUDOS GEOFÍSICOS RECEBIDOS / 16 ESTUDOS GEOFÍSICOS PREVISTOS NO CONTRATO]	0	16	
0%	EMITIR PARECER [TOTAL DE PARECERES EMITIDOS /16 ESTUDOS GEOFÍSICOS PREVISTOS NO CONTRATO]	0	16	
0%	SUEST BA - APROVAR ESTUDOS GEOFÍSICOS [TOTAL DE ESTUDOS GEOFÍSICOS APROVADOS / 16 ESTUDOS GEOFÍSICOS PREVISTOS NO CONTRATO]	0	16	
91%	PERFURAÇÃO DE POÇOS [16 POÇOS]			
100%	EMITIR ORDEM DE SERVIÇO [TOTAL DE OS EMITIDAS / 01 OS PREVISTAS NO CONTRATO]	1	1	
88%	PERFURAR POÇOS [TOTAL DE POÇOS PERFURADOS / 16 POÇOS CONTRATADOS]	14	16	
88%	REALIZAR VISITAS TÉCNICAS DE ACOMPANHAMENTO [TOTAL DE VISITAS TÉCNICAS REALIZADAS / 16 POÇOS CONTRATADOS]	14	16	
88%	SUEST BA - ATESTAR PERFURAÇÃO DOS POÇOS [TOTAL DE PERFURAÇÕES ATESTADAS / 16 POÇOS CONTRATADOS]	14	16	
0%	CONSTRUÇÃO DE SSAA [16 SSAA CONTRATADOS]			
0%	REALIZAR VISITAS TÉCNICAS PRELIMINARES COM VISTAS A READEQUAÇÃO [TOTAL DE VISITAS TÉCNICAS REALIZADAS / 16 SSAA CONTRATADOS]	0	16	
0%	EMITIR ORDEM DE SERVIÇO [TOTAL DE OS EMITIDAS / 16 SSAA CONTRATADOS]	0	16	
0%	EXECUTAR SSAA [TOTAL DE SSAA EXECUTADOS / 16 SSAA CONTRATADOS]	0	16	
0%	REALIZAR VISITAS TÉCNICAS DE ACOMPANHAMENTO [TOTAL DE VISITAS TÉCNICAS	0	48	

	REALIZADAS / 48 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS]			
0%	SUEST BA - ATESTAR EXECUÇÃO DOS SSAA [TOTAL DE SSAA ATESTADOS / 16 SSAA CONTRATADOS]	0	16	
46%	RESÍDUOS SÓLIDOS			
0%	PAC I			
0%	ACOMPANHAMENTO SEM CONTRATO DE SUPERVISÃO [XX OBRAS OU EQUIPAMENTOS COM LIBERAÇÃO DE PARCELAS]			Não existem TC/PAC do PAC1 para a ação de resíduos sólidos na SUEST BA. Foi solicitado retirar meta do PROJECT, aguardando encaminhamento da CGPLA.
0%	REALIZAR VISITAS [TOTAL DE VISITAS REALIZADAS / XX VISITAS PROGRAMADAS]			
0%	SUEST BA - EMITIR RELATÓRIO R2 OU R3 [TOTAL DE R2 OU R3 EMITIDOS / XX VISITAS PROGRAMADAS]			
62%	PROGRAMAÇÃO E EMENDAS			
43%	ANÁLISE DE PROJETOS [19 INSTRUMENTOS CELEBRADOS]			Foi estabelecida a meta de recebimento, análise, realização de visita e aprovação relativa a 6 do universo de 19 projetos da ação passíveis de análise e aprovação. Foram recebidos 3, destes foram 02 analisados e aprovados, porém em virtude de pendências técnicas não foi possível realizar as visitas preliminares nem análise e aprovação dos demais projetos.
50%	RECEBER PROJETOS [TOTAL DE PROJETOS RECEBIDOS / 06 INSTRUMENTOS CELEBRADOS]	3	6	
0%	REALIZAR VISITAS TÉCNICAS PRELIMINARES [TOTAL DE VISITAS TÉCNICAS REALIZADAS / 03 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS]	0	3	
100%	ANALISAR PROJETOS [TOTAL DE PROJETOS ANALISADOS / 02 INSTRUMENTOS CELEBRADOS]	2	2	
20%	SUEST BA - APROVAR PROJETOS [TOTAL DE PROJETOS APROVADOS / XX INSTRUMENTOS CELEBRADOS]	2	10	
100%	ACOMPANHAMENTO SEM CONTRATO DE SUPERVISÃO [27 OBRAS OU EQUIPAMENTOS COM LIBERAÇÃO DE PARCELAS]			Foi estimada 04 visita técnica com emissão de 1 relatório para cada visita realizada, para um universo de 27 obra ou equipamentos com liberação de parcela. A meta foi concluída.
100%	REALIZAR VISITAS [TOTAL DE VISITAS REALIZADAS / 04 VISITAS PROGRAMADAS]	4	4	
100%	SUEST BA - EMITIR RELATÓRIO R2 OU R3 [TOTAL DE R2 OU R3 EMITIDOS / 04 VISITAS PROGRAMADAS]	4	4	
34%	CATADORES			
0%	PAC I			
0%	ANÁLISE DE PROJETOS [XX TERMOS DE COMPROMISSO CELEBRADOS]			Não existem TC/PAC do PAC1 para a ação de catadores na SUEST BA. Foi solicitado retirar meta do PROJECT, aguardando encaminhamento da CGPLA.
0%	RECEBER PROJETOS [TOTAL DE PROJETOS RECEBIDOS / XX TERMOS DE COMPROMISSO CELEBRADOS]			
0%	REALIZAR VISITAS TÉCNICAS PRELIMINARES [TOTAL DE VISITAS REALIZADAS / XX VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS]			
0%	ANALISAR PROJETOS [TOTAL DE PROJETOS ANALISADOS / XX TERMOS DE COMPROMISSO CELEBRADOS]			
0%	SUEST BA - APROVAR PROJETOS [TOTAL DE PROJETOS APROVADOS / XX TERMOS DE COMPROMISSO CELEBRADOS]			
0%	ACOMPANHAMENTO SEM CONTRATO DE SUPERVISÃO [XX OBRAS OU EQUIPAMENTOS COM LIBERAÇÃO DE PARCELAS]			
0%	REALIZAR VISITAS [TOTAL DE VISITAS REALIZADAS / XX VISITAS PROGRAMADAS]			
0%	SUEST BA - EMITIR RELATÓRIO R2 OU R3 [TOTAL DE R2 OU R3 EMITIDOS / XX VISITAS PROGRAMADAS]			
69%	PROGRAMAÇÃO E EMENDAS			
75%	ANÁLISE DE PROJETOS [11 INSTRUMENTOS CELEBRADOS]			Foi estabelecida a meta de recebimento e realização de visita técnica relativa a 11 projetos da ação. Foram recebidos e realizadas 11 visitas. Em virtude de terem sido analisados pela presidência da FUNASA os
100%	RECEBER PROJETOS [TOTAL DE PROJETOS RECEBIDOS / 11 INSTRUMENTOS CELEBRADOS]	11	11	
100%	REALIZAR VISITAS TÉCNICAS PRELIMINARES [TOTAL DE VISITAS REALIZADAS / 11 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS]	11	11	
100%	ANALISAR PROJETOS [TOTAL DE PROJETOS	2	2	

	ANALISADOS / 02 INSTRUMENTOS CELEBRADOS]			11 projetos, ficou a meta de 02 para análise e aprovação, porém em virtude de pendências técnicas não foi possível aprovar os projetos.
0%	SUEST BA - APROVAR PROJETOS [TOTAL DE PROJETOS APROVADOS / 02 INSTRUMENTOS CELEBRADOS]	0	1	
56%	ACOMPANHAMENTO SEM CONTRATO DE SUPERVISÃO [09-OBRAS OU EQUIPAMENTOS COM LIBERAÇÃO DE PARCELAS]			Foi estimada 09 visita técnica com emissão de 1 relatório para cada visita realizada. No entanto foram realizadas 05 visitas com seus respectivos relatórios. Em função do conveniente não ter concluído a compra do equipamento.
56%	REALIZAR VISITAS [TOTAL DE VISITAS REALIZADAS / 09 VISITAS PROGRAMADAS]	5	9	
56%	SUEST BA - EMITIR RELATÓRIO R2 OU R3 [TOTAL DE R2 OU R3 EMITIDOS / 09 VISITAS PROGRAMADAS]	5	9	
0%	CONTRATAÇÃO DOS PROJETOS PAC 2 (3º PACOTE CONTRATAÇÃO)			
0%	REALIZAR VISITAS TÉCNICAS PARA SUBSIDIAR A PRESIDENCIA NA DEFINIÇÃO DE ESCOPO [28 VISITAS]			Conforme acordado com a presidência as visitas ficarão para 2014, após orientação do DENSP. Desta forma, ficará como meta não cumprida.
0%	REALIZAR VISITAS [TOTAL DE VISITAS REALIZADAS / 28 VISITAS PROGRAMADAS]	0	28	
0%	ELABORAR PLANILHA DE CUSTO [TOTAL DE PLANILHAS ELABORADAS / 28 VISITAS PROGRAMADAS]	0	28	
0%	SUEST BA - ENCAMINHAR PLANILHA DE CUSTO [TOTAL DE PLANILHAS ENCAMINHADAS / 28 VISITAS PROGRAMADAS]	0	28	
57%	MELHORIAS HABITACIONAIS PARA CONTROLE DA DOENÇA DE CHAGAS (AC, AL, BA, CE, ES, GO, MG, MT, PA, PB, PE, PI, RN, RO, RR, RS E TO)			
64%	PAC I			
64%	ACOMPANHAMENTO SEM CONTRATO DE SUPERVISÃO [49 OBRAS COM LIBERAÇÃO DE PARCELAS]			Foi estimada 47 visita técnica com emissão de 1 relatório para cada visita realizada, para um universo de 49 obras com liberação de parcela. No entanto foram realizadas 33 visitas com seus respectivos relatórios, em função do ritmo das obras estarem abaixo do esperado, tenho obras paralisadas e não iniciadas.
64%	REALIZAR VISITAS [TOTAL DE VISITAS REALIZADAS / 47 VISITAS PROGRAMADAS]	33	47	
64%	SUEST BA - EMITIR RELATÓRIO R2 OU R3 [TOTAL DE R2 OU R3 EMITIDOS / 47 VISITAS PROGRAMADAS]	33	47	
54%	PROGRAMAÇÃO E EMENDAS			
72%	ANÁLISE DE PROJETOS [07 INSTRUMENTOS CELEBRADOS]			As metas foram estabelecidas dentre os instrumentos celebrados que eram passíveis de análise (vigentes não aprovados). Os projetos estão pendentes de aprovação no SICONV.
86%	RECEBER PROJETOS [TOTAL DE PROJETOS RECEBIDOS / 07 INSTRUMENTOS CELEBRADOS]	6	7	
100%	REALIZAR VISITAS TÉCNICAS PRELIMINARES [TOTAL DE VISITAS REALIZADAS / 03 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS]	3	3	
100%	ANALISAR PROJETOS [TOTAL DE PROJETOS ANALISADOS / 03 INSTRUMENTOS CELEBRADOS]	3	3	
0%	SUEST BA - APROVAR PROJETOS [TOTAL DE PROJETOS APROVADOS / 03 INSTRUMENTOS CELEBRADOS]	0	3	
20%	ACOMPANHAMENTO SEM CONTRATO DE SUPERVISÃO [16 OBRAS COM LIBERAÇÃO DE PARCELAS]			Foi estimada 05 visita técnica com emissão de 1 relatório para cada visita realizada, para um universo de 16 obras com liberação de parcela. No entanto foi realizada 01 visita com um relatório, em função do ritmo das obras estarem abaixo do esperado.
20%	REALIZAR VISITAS [TOTAL DE VISITAS REALIZADAS / 05 VISITAS PROGRAMADAS]	1	5	
20%	SUEST BA - EMITIR RELATÓRIO R2 OU R3 [TOTAL DE R2 OU R3 EMITIDOS / 05 VISITAS PROGRAMADAS]	1	5	
86%	ÁGUA NA ESCOLA (AC, BA, CE, MA, MT, PA, PB, PI,			

	RN, RO E TO)			
86%	PAC I			
86%	ACOMPANHAMENTO SEM CONTRATO DE SUPERVISÃO [24 OBRAS COM LIBERAÇÃO DE PARCELAS]			Há 20 obras em execução e 23 obras não iniciadas. a compromitente solicitou cancelamento de 19
86%	REALIZAR VISITAS [TOTAL DE VISITAS REALIZADAS / 07 VISITAS PROGRAMADAS]	6	7	TC/PAC (dentre os não iniciados). como o ritmo de execução está muito baixo, e boa parte das obras está paralisada, estimamos que serão realizadas 07 visitas de acompanhamento em 2013. já estão programadas as últimas visitas.
86%	SUEST BA - EMITIR RELATÓRIO R2 OU R3 [TOTAL DE R2 OU R3 EMITIDOS / 07 VISITAS PROGRAMADAS]	6	7	

Objetivos estratégicos SESAM:

A Superintendência Estadual da FUNASA na Bahia, por meio do Serviço de Saúde Ambiental (SESAM), atua na implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental. No âmbito de atuação do SESAM existem duas áreas: a Educação em Saúde Ambiental e o Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano.

A Educação em Saúde Ambiental estimula a participação, o controle social e sustentabilidade socioambiental, utilizando entre outras estratégias a mobilização social, a comunicação educativa/informativa e a formação permanente.

As ações de apoio ao controle da qualidade da água é composta por diversos eixos de atuação: capacitação de operadores de Estação de Tratamento de Água (ETA), bem como outros técnicos do município e/ou estado, apoio laboratorial com execução de análises físico-químicas e bacteriológicas, apoio à fluoretação, orientações técnicas, apoio à vigilância e apoio a laboratório de consórcios. Destacamos que o apoio laboratorial ao controle da qualidade da água foi prestado por meio da Unidade Móvel de Controle da Qualidade da Água (UMCQA).

Estratégias adotadas para sua realização e tratamento dos riscos envolvidos:

A **Cooperação Técnica** desenvolve-se por meio de atividades de apoio técnico aos Municípios e Estado nas ações de Educação em Saúde Ambiental e Controle da Qualidade da Água. No ano de 2013 as principais ações desempenhadas nestas áreas foram os acompanhamentos realizados pelos técnicos de Educação em Saúde Ambiental quanto aos produtos de mobilização social dos convênios de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), bem como a realização de oficinas para capacitação de técnicos municipais resultando na compreensão do papel de cada um como multiplicador das atividades educativas para atender ao Plano de melhoria da qualidade da água nas cisternas do semiárido - Programa Brasil Sem Miséria.

Capacitações para 179 técnicos e representantes de 77 municípios/localidades. Durante os eventos, os técnicos dos municípios enfatizaram a necessidade constante da Funasa estar promovendo essas capacitações para atualização quanto às ações de controle e vigilância da qualidade da água para o consumo humano.

Descrição das Ações do Serviço de Saúde Ambiental, pactuadas no MS Project, bem como resultados alcançados no ano de 2013.

AÇÃO	META	RESULTADO
Plano de melhoria da qualidade da água nas cisternas do semiárido - Programa Brasil Sem Miséria.	<p>- Reunião com gestores e técnicos municipais com objetivo de sensibilizá-los quanto à melhoria da qualidade da água para comunidades do semiárido.</p> <p>Meta 100%.</p> <p>- Apoio técnico na realização de oficinas com objetivo de compreensão do papel das Cisternas como uma estrutura básica no abastecimento de água potável.</p> <p>Meta 100%.</p>	<p>Formações de Núcleos Municipais de Educação em Saúde Ambiental instituídos por meios de Decretos nº 1.374 de 15.05.13 e 058 de 20.08.13, respectivamente dos municípios de Boninal e Xique-Xique.</p> <p>Meta atingida 100%.</p> <p>Capacitação de técnicos municipais resultando na compreensão do papel de cada um como multiplicador das atividades educativas. Foram capacitadas 313 famílias de Itaguaçu da Bahia, 168 de Filadelfia, 140 de Xique-Xique e 194 de Inhambupe.</p> <p>Meta atingida 59%.</p>
<p>- Programa de Fomento às Ações de Educação em Saúde Ambiental.</p> <p>Acompanhamento dos Convênios 2012 Após Liberação Dos Recursos (04 Convênios Previstos)</p>	<p>Receber REA (total de REA recebidos / xx REA previstos).</p> <p>Emitir RAC (total de RAC emitidos / xx REA previstos).</p> <p>Meta 100%.</p>	<p>Liberação da 1ª parcela do convênio nº 0298/12 de Candido Sales, porém o projeto ainda encontra-se no DESAM/COESA/PRE.</p> <p>Meta atingida 0%.</p>
<p>Projetos 2013 (03 Convênios Previstos)</p>	<p>Designação dos técnicos para acompanhamento (03 convênios previstos/03 técnicos designados).</p> <p>Realização de oficinas e reuniões com Estado e Municípios.</p> <p>Reunião com Representantes do Estado e Gestores dos municípios.</p> <p>Meta 100%.</p>	<p>Divulgação com 57 Gestores Municipais e 2 Representantes do Estado (EMBASA/CERB), sendo selecionadas 03 propostas dos municípios de Irece, Ibipeba e Remanso.</p> <p>Meta atingida 100%.</p>
<p>Produção de Material e Recursos Pedagógicos</p>	<p>Levantamento do acervo existente</p> <p>Meta 100%.</p>	<p>CD produzido do I Seminário de Educação em Saúde Ambiental.</p> <p>Meta atingida 100%.</p>
	<p>Encaminhamento do acervo para a Presidência</p> <p>Meta 100%.</p>	<p>CD produzido do I Seminário de Educação em Saúde Ambiental.</p> <p>Meta atingida 100%.</p>
<p>Convênio 2.815/05 - Programa Brasil Sorridente</p>	<p>Acompanhamento técnico do PESMS</p> <p>Meta 100%.</p>	<p>Recebimento de documentação referente ações do PESMS realizadas nos municípios contemplados com o Convênio de Fluoretação CV-2815/05 da Unidade Regional Metropolitana, Norte e Sul.</p>

		Meta atingida 40%
Plano de fluoretação da Funasa	Realizar diagnóstico situacional de sistemas de fluoretação e encaminhar relatório técnico ao Desam/Cocag. Meta 100%.	Foi realizado diagnóstico situacional em 127 sistemas de fluoretação visitados e elaborado relatório técnico, o qual foi encaminhado ao Desam/Cocag; Meta 100% atingida.
Construção de Laboratório em Feira de Santana	Construir laboratório. Meta 100%.	Após Elaboração do Projeto Básico, Termo de Referencia e PBS foi solicitado ao DESAM/COCAG/PRE dotação orçamentária para construção do Laboratório de Feira de Santana, em 28.10.13 foi devolvido o processo de Construção de Laboratório de Feira de Santana informando que ficará para 2014. Meta 46% atingida.
Apoio aos municípios em CQA	Capacitar técnicos dos municípios em CQA. Meta 100%.	Realização das capacitações e elaboração do relatório de avaliação da capacitação. Foram realizadas capacitações para 179 técnicos e representantes de 77 municípios/localidades. Meta 100% atingida.
Apoio aos municípios em CQA	Executar 1224 coletas e análises de amostras de água. Meta 100%.	Realização de 1928 análises físico-químicas e bacteriológicas. Meta 100% atingida.
Apoio aos municípios para atuação junto às comunidades especiais em CQA	Realizar diagnóstico situacional das comunidades especiais, prestar orientações técnicas e executar coletas e análises de amostras de água. Meta 100%.	Foram realizadas ações em 82 comunidades especiais, sendo: 1 comunidade quilombola, 9 povoados e 72 comunidades rurais. Meta 100% atingida.
Convênio nº 2.815/2005 - Programa Brasil Sorridente	Realizar visitas técnicas em 200 sistemas de fluoretação para verificação da implantação e funcionamento dos sistemas. Meta 100%.	Realizada visitas técnicas em 215 sistemas. Meta 100% atingida.
Fiscalização Preventiva Integrada (FPI) atividade em conjunto com o	Atuar como órgão parceiro na 30°, 31° e 32° FPIs.	21 municípios pertencentes a Bacia do Rio São Francisco fiscalizados na 30° e 31° Etapas da FPI na Região de Irecê e

Ministério Público do Estado da Bahia	Meta 100%.	Barreiras, respectivamente. Meta 100% atingida.
Análise da água de poços para abastecimento das cisternas - Programa Brasil Sem Miséria	Realizar análises físico-químicas e bacteriológicas da água de poços bem como prestar orientações técnicas quanto ao tratamento, desinfecção e interpretação da norma de potabilidade vigente.	Realização de análises da água de poços e encaminhamento das orientações técnicas para Divisão de Engenharia de Saúde Pública (Diesp) quanto ao tratamento, desinfecção e interpretação da norma de potabilidade vigente.
Projeto Remediar	Capacitação dos técnicos das Suests para realização do diagnóstico. Meta 100%.	Capacitação realizada em Salvador com participação de técnicos das 26 Suests. Meta 100% atingida.
Projeto Remediar	Realização do diagnóstico das 8 áreas potencialmente contaminadas. Meta 100%.	Realização de visita técnica e emissão de Relatório para DESAM/PRE. Meta 100% atingida.

2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

"As Superintendências Estaduais não tem responsabilidade sobre nenhum nível de programação definida no Plano Plurianual 2012 – 2015, portanto o item 2.2 – Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados, NÃO SE APLICA A ESTA UJ."

2.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Apuração Resultados Indicadores Diesp

Nº	Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo 2013	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável	Meta do Indicador	Série Histórica			Análise Crítica do Indicador
										Resultado 2012	Resultado 2013	Resultado Acumulado	
1	Percentual de comunidades rurais com obras de saneamento contratadas.	Aferir o número de comunidades com obras de saneamento contratadas.	$\frac{\text{N}^\circ \text{de comunidades rurais com obras de saneamento Contratadas}}{\text{N}^\circ \text{de comunidades rurais com obras Programadas}} \times 100$	-	Eficiência	Sigob, Relatório Densp	Relatórios Sigob e Planilha Densp	Suest	Contratar x% de obras programadas	0,0%	-	-	<p>ANÁLISE CRÍTICA: Não houve programação para contratação de obras de saneamento em comunidades rurais no Estado da Bahia em 2013. A Diretoria da Funasa buscou priorizar a contratação de obras cujos projetos técnicos de engenharia foram contratados em anos anteriores (2009 a 2011), e entregues em 2012 e 2013. Como não havia projetos nesta situação na Suest-BA, não foram contratados novos convênios ou TC/PAC para ação em 2013. Ressalta-se, contudo, que houve esforço da Suest-BA no acompanhamento da construção de cisternas para armazenamento de água de chuva em</p>

4	Percentual de municípios com capacitação na Gestão de Serviços de Saneamento.	Avaliar o desempenho na execução das ações de capacitação	Nº de municípios capacitados/ Nº de municípios programadosX 100	(95 / 95) x 100%	Eficiência	Relatório Denesp	Relatório de execução	Suest	Alcançar 100% dos municípios programados	-	100,0 %	100,0%	ANÁLISE CRÍTICA: Dos 95 programados, 22 municípios foram capacitados com Curso de estruturação e implementação de consórcios públicos de saneamento, realizado em Salvador/BA de 15 a 19/04/2013; 33 municípios foram capacitados com Oficina de política e plano municipal de saneamento básico, realizado em Salvador/BA de 06 a 10/05/2013; 19 municípios foram capacitados com Oficina de política e plano municipal de saneamento básico, realizado em Juazeiro/BA de 26 a 30/08/2013; 21 municípios foram capacitados com Oficina de política e plano municipal de saneamento básico, realizado em Itabuna/BA de 09 a 13/09/2013. Assim, totaliza-se 95 municípios capacitados, num
---	---	---	---	------------------	------------	------------------	-----------------------	-------	--	---	---------	--------	---

												orçamentária para elaboração do PMSB; análise e emissão de parecer sobre o Plano Municipal de Saneamento Elaborado. Ressalta-se que 01 PMSB foi concluído em 2013 (Camacan). Dentre os 30 convênios em acompanhamento, o convênio nº 0138/2012 (Planalto - Emenda Parlamentar) foi o único que não teve atividade de apoio desenvolvida em 2013.	
6	<p>Percentual de convênios concluídos no programa de Resíduos Sólidos Urbanos. OBS: As ações previstas para apuração destes indicadores referem-se à realização de obras e, no caso da ação de resíduos sólidos, acrescenta-se a aquisição de veículos e equipamentos.</p>	<p>Aferir o número de convênios concluídos no ano em relação aos convênios em andamento referentes ao programa de Resíduos Sólidos</p>	<p>(Nºde convênios concluídos no ano)/(Nºde convênios em acompanhamento) X100</p>	<p>(6 / 28) x 100%</p>	<p>Eficiência</p>	<p>SIGOB</p>	<p>Relatório de acompanhamento e consultas do SIGOB Sigesan</p>	<p>Suest</p>	<p>Alcançar 25% dos municípios a serem apoiados.</p>	<p>10,0%</p>	<p>21,4%</p>	<p>31,4%</p>	<p>ANÁLISE CRÍTICA: Dos 17 convênios do Programa de Resíduos Sólidos que se encontravam em acompanhamento em 2013, 01 foi concluído em 2013 (CV 0502/2011 - Gavião), totalizando 5,9%. Considerando-se os convênios com catadores de materiais recicláveis (que contemplam, entre outros, aquisição de veículos e equipamentos), há outros 11 convênios,</p>

<p>Dessa forma, deverá ser aferido o número de convênios concluídos, conforme percentual de execução da obra (100% da obra concluída), em relação ao número total de convênios em acompanhamento na Suest. Entende-se por acompanhamento todos os convênios celebrados mas que estão na fase de análise/aprovação técnica ou que já tenham recursos liberados.</p>	<p>Urbanos.</p>										<p>dos quais 5 foram concluídos em 2013 (45,45%). Assim, considerando-se os convênios da ação de Resíduos Sólidos e de Apoio a Catadores, foram concluídos 6 convênios, do universo de 28 em andamento ($6 / 28 = 21,4\%$).</p>
--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

7	<p>Percentual de convênios concluídos no programa de Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD). OBS: As ações previstas para apuração destes indicadores referem-se à realização de obras e, no caso da ação de resíduos sólidos, acrescenta-se a aquisição de veículos e equipamentos. Dessa forma, deverá ser aferido o número de convênios concluídos, conforme percentual de execução da obra (100% da obra concluída), em relação ao número total de convênios em acompanhamento na Suest. Entende-se por acompanhamento todos os</p>	<p>Aferir o número de convênios com obras concluídas no ano em relação aos convênios em andamento referentes ao programa de MSD.</p>	<p>(Nºde convênios com obras concluídas no ano)/(Nºde convênios m acompanhamento) X 100</p>	<p>(27 / 219) X 100</p>	<p>Eficiência</p>	<p>SIGOB B</p>	<p>Relatório de acompanhamento e consultas do SIGOB Sigesan</p>	<p>Suest</p>	<p>Alcançar 100% dos municípios a serem apoiados.</p>	<p>Indicador utilizado em 2012 foi diferente: (Obras em execução/concluídas / TC celebrados).</p>	<p>12,3%</p>	<p>12,3%</p>	<p>ANÁLISE CRÍTICA: Dos 79 convênios da ação de Melhorias Sanitárias Domiciliares que se encontravam em acompanhamento em 2013, 07 foram concluídos em 2013. Já dos 140 TC/PAC em acompanhamento em 2013, 20 foram concluídos em 2013. Dessa forma, do universo de 226 instrumentos em andamento, 27 foram concluídos em 2013, totalizando 12,3%. Contribuíram para o baixo indicador: atraso no andamento das obras; grande universo de convênios considerados em andamento (fase de análise/aprovação técnica ou com recursos liberados), englobando pela definição, inclusive convênios em análise. Considerando-se que muitos gestores costumam atrasar o atendimento das pendências, acredita-se que ao se dividir o</p>
---	--	--	---	-------------------------	-------------------	----------------	---	--------------	---	---	--------------	--------------	---

	convênios celebrados mas que estão na fase de análise/aprovação técnica ou que já tenham recursos liberados.											número de obras concluídas pelo universo muito amplo de convênios em andamento, o alcance das metas fica prejudicado. Sugere-se considerar no denominador apenas as obras em andamento (após aprovação do projeto).	
8	<p>Percentual de convênios concluídos no programa de Melhorias Habitacionais para o controle da Doença de Chagas (MHCDCh).</p> <p>OBS: As ações previstas para apuração destes indicadores referem-se à realização de obras e, no caso da ação de resíduos sólidos,</p>	Aferir o número de convênios com obras concluídas no ano em relação aos convênios em andamento referentes ao programa de	(Nºde convênios com obras concluídas no ano)/(Nºde convênios em acompanhamento) X 100	(6 / 74) X 100	Eficiência	SIGOB B	Relatório de acompanhamento e consultas do SIGOB Sigesan	Suest	Alcançar 100% dos municípios a serem apoiados.	Indicador utilizado em 2012 foi diferente: (Obras em execução/concluídas / TC celebrados).	8,1%	8,1%	<p>ANÁLISE CRÍTICA: Dos 14 convênios da ação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas que se encontravam em acompanhamento em 2013, nenhum foi concluído em 2013. Já dos 60 TC/PAC em acompanhamento, 6 foram concluídos em 2013. Dessa forma, do universo de 74 instrumentos em andamento, 6 foram</p>

<p>acrescenta-se a aquisição de veículos e equipamentos. Dessa forma, deverá ser aferido o número de convênios concluídos, conforme percentual de execução da obra (100% da obra concluída), em relação ao número total de convênios em acompanhamento na Suest. Entende-se por acompanhamento todos os convênios celebrados mas que estão na fase de análise/aprovação técnica ou que já tenham recursos liberados.</p>	<p>(MHCDC h).</p>										<p>concluídos em 2013, totalizando 8,1%. Contribuíram para o baixo indicador: atraso no andamento das obras; grande universo de convênios considerados em andamento (fase de análise/aprovação técnica ou com recursos liberados), englobando pela definição, inclusive convênios em análise. Considerando-se que muitos gestores costumam atrasar o atendimento das pendências, acredita-se que ao se dividir o número de obras concluídas pelo universo muito amplo de convênios em andamento, o alcance das metas fica prejudicado. Sugere-se considerar no denominador apenas as obras em andamento (após aprovação do projeto).</p>
--	-------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Apuração Resultados Indicadores Sesam

Nº	Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo 2013	Memória de Cálculo 2013	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável	Meta do Indicador	Série Histórica			Análise Crítica do Indicador
										Resultado 2012	Resultado 2013	Resultado Acumulado	
9	Percentual de municípios apoiados tecnicamente no fomento às ações de educação saúde ambiental.	Aferir o percentual de municípios apoiados tecnicamente	Número de municípios apoiados tecnicamente / Número de municípios programados X 100	0/4 X 100 = 0,0%	Eficiência	Sigob e Siconv	Siconv	Sesam	Alcançar 100% dos municípios apoiados				Liberação da 1ª parcela do convênio nº 0298/12 de Candido Sales, porém o projeto ainda encontra-se no DESAM/COESA/PRE
10	Percentual de comunidades especiais atendidas com ações de educação saúde ambiental.	Aferir o percentual de comunidades especiais atendidas	Número de comunidades especiais atendidas / Número total de comunidades especiais programadas X100	5/7 X 100 = 71,4 %	Eficiência	Relatório consolidado da Coesa	Relatório de atividades das Saduc/Sesam	Sesam	Atender 100% comunidades especiais com ações de educação em saúde ambiental.		71,4%		Considerando o atraso no cronograma de execução da implantação das cisternas faltou realizar oficinas em dois municípios para conclusão das atividades.

11	Percentual de municípios com técnicos em da da Capacidade de Aferir o percentual de municípios com técnicos capacitados em CQA.	Número de municípios com técnicos capacitados / Número de municípios previstos no período X 100	$76/50 \times 100 = 152\%$	Eficiência	Sistema de monitoramento e-CAR	Relatório de atividades dos URCQA/ SESAM	Sesam	100% de municípios com técnicos capacitados em CQA.	100%	Durante os eventos, os técnicos dos municípios enfatizaram a necessidade constante da Funasa estar promovendo essas capacitações para atualização quanto às ações de controle e vigilância da qualidade da água para o consumo humano. A demanda de capacitação foi maior do que a planejada, pois surgiu solicitação que não estava prevista.
----	---	---	----------------------------	------------	--------------------------------	--	-------	---	------	--

12	Percentual de municípios com amostras de água analisadas.	Aferir o percentual de municípios com amostras de água analisadas.	Número de municípios com análises realizadas / Número de municípios previstos X100	54/40 X 100 = 135%	Eficiência	Relatório consolidado da Cocag/Desam	Relatório de atividades dos SESAM	Sesam	Copet/D100 % municípios programados com amostras de água analisadas. esam	100%	A demanda de análises de amostras de água foi maior do que a planejada, pois surgiram parcerias não previstas como: análise da água de poços para abastecimento das cisternas do Programa Brasil Sem Miséria (solicitação da Diesp) e solicitações dos municípios por meio de ofício.
13	Percentual de pesquisas financiadas na área de saúde ambiental.	Aferir o percentual de pesquisas financiadas pela Funasa.	Número de pesquisas financiadas / Número de pesquisas selecionadas em 2012 X100		Eficiência	Siconv	Siconv	Sesam	Financiar 100% (22) pesquisas selecionadas.		

14	Percentual de pesquisas celebradas na área de saúde ambiental.	Aferir o percentual de pesquisas celebradas pela Funasa, demonstrando o esforço de suas unidades	(Número de pesquisas celebradas)/(Número de pesquisas selecionadas em 2013) X100		Eficiência	Siconv	Siconv	Sesam	Financiar 100% pesquisas selecionadas			
15	Percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados.	Aferir o percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados.	Número de exames realizados / Número de exames programados X 100		Eficiência	Relatório consolidado da Cocag	Relatório de atividades dos SESAM	Sesam	Realizar 100% exames programados de qualidade da água de comunidades especiais.	100%		Foram realizadas ações em 82 comunidades especiais, sendo: 1 comunidade quilombola, 9 povoados e 72 comunidades rurais.

3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Estrutura de Governança

”NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo		X			

com um plano de longo prazo.					
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise Crítica:					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válida. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.4 Sistema de Correição

A UJ possui servidores capacitados e aptos para desenvolver qualquer atividade correcional com exceção da sindicância patrimonial, bem como é garantido o suporte logístico (sala reservada, material de expediente e suporte financeiro e locomoção) para o desenvolvimento eficaz dos trabalhos disciplinares e/ou investigativos. Todavia o número de servidores treinados ainda é baixo, considerando a dimensão da organização funcional da Funasa, além de que com a saída da Saúde Indígena da Funasa foram redistribuídos vários servidores à nova Secretaria Especial de Saúde Indígena, que eram utilizados com regularidade nas atividades correccionais. Apesar disso ao longo do 2º semestre de 2013 foi oportunizada a capacitação em PAD e Sindicância a dois servidores da Superintendência, oferecida pela Corregedoria da Funasa/Presidência, com carga horária de 40h.

A UJ tem a competência de instauração das atividades correccionais com fulcro no art. 1º da Portaria nº.229/2012 e a responsabilidade de garantir às comissões a estrutura e suporte

necessário para o desenvolvimento dos trabalhos com base no art. 13 da Ordem de Serviço nº. 01/2012, ambos dispositivos de regulamentação interna da Funasa.

Os principais resultados de 2013 destacam-se: **1º**- A descentralização da atividade de registro das atividades correccionais do sistema CGU-PAD da Corregedoria para as Superintendências; **2º**- Melhoria no controle da instauração da atividade correccional indicados preliminarmente pela Corregedoria qual o procedimento mais adequada para apuração pela Superintendência Estadual, em decorrência da concentração na Corregedoria de todas as comunicações de possíveis irregularidades administrativas identificadas nos Estados (parágrafo único do art. 1º da Portaria nº 229/2012); **3º**- Implementação dos procedimentos correccionais no âmbito da Fundação e em especial a publicação da Política de Uso do Sistema CGU-PAD pela Funasa através da portaria nº1.005/2013, e **4º**- Capacitação de servidores em processo administrativo disciplinar e sindicância e a capacitação de mais dois servidores da Suest sobre a utilização do sistema informativo CGU-PAD;

Arcabouço Legal:

Lei 9.962, de 22/02/2000 – Dispõe sobre o procedimento administrativo para empregado público;

Lei 9.784, de 29/01/1999 – Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

Lei 8.745, de 09/12/1993 – Dispõe o procedimento administrativo para os servidores temporários;

Lei 8.112, de 11/12/1990 – Regime jurídico dos servidores civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;

Instrumento Normativa da Funasa:

Portaria nº 1.005, de 13/08/2013 – Dispõe sobre a Política de Uso do sistema informativo CGU-PAD;

Portaria nº 940, de 26/11/2012 – Dispõe do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta no âmbito da Funasa;

Portaria nº 229, de 26/03/2012 – Delega competência para os superintendentes para instaurar atividades correccionais;

Portaria nº 653, de 06/12/1995 – Adotou o Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância da Funasa;

Ordem de Serviço nº 1, de 04/06/2012 – Dispõe sobre os procedimentos correccionais, formação e atuação de comissão no âmbito da Funasa.

Instrumento Normativa da CGU:

Decreto nº 5.480, de 30/06/2005 – Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;

Portaria nº 1.043, de 24/07/2007 da CGU – Estabelece o uso do sistema informativo CGU-PAD;

Portaria nº 335, de 30/05/2006 – Dispõe sobre a Investigação Preliminar;

Instrução Normativa CGU nº 12, de 01/11/2011 – Dispõe sobre o uso da videoconferência;

Instrução Normativa CGU nº 04, de 17/02/2009 – Cria o Termo Circunstanciado Administrativo;

Enunciados da Controladoria Geral da União – CGU;

Manual de Processo Administrativo Disciplinar da CGU.

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Os processos disciplinares e investigativos foram cadastrados no sistema informativo CGU-PAD de forma centralizada pela Corregedoria da Funasa até maio de 2013, localizada na sede da presidência da Fundação Nacional de Saúde em Brasília/DF. Mas atualmente a Superintendência

Estadual possui dois servidores capacitados para registro das atividades correcionais instauradas no exercício de 2013.

Ressalta-se que os processos correcionais instaurados em 2006 até 2009 estão foram registrados pela UJ, após a regulamentação da Política de Uso do Sistema CGU-PAD e a capacitação dos servidores identificados para acompanhar o registro no âmbito da Superintendência Estadual. Enfatiza-se que a capacitação sobre o sistema informativo CGU-PAD ocorreu em Brasília/DF sob a responsabilidade da Corregedoria da Funasa que contou com o apoio técnico da Coordenação Nacional do Sistema CGU-PAD da Controladoria-Geral da União.

Todas as informações constantes no sistema informativo CGU-PAD são preservadas, quanto ao zelo, integralidade, disponibilidade e confidencialidade das informações na forma do art. 15 da Política de Uso do Sistema CGU-PAD da Funasa.

3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

”NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Execução das despesas

4.1.1 Programação

”NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

QUADRO A.4.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Unidade Orçamentária :		Código UO:		UGO:	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL					
CRÉDITOS	Suplementares				
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados					
Outras Operações		NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE			
Dotação final 2013 (A)					
Dotação final 2012(B)					
Variação (B/A-1)*100					
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL					
CRÉDITOS	Suplementares				
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados					
Outras Operações					
Dotação final 2013 (A)					

Dotação final 2012(B)				
Varição (A/B-1)*100				

4.1.1.1 Análise Crítica

”NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.4.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos		255005	0927200890181	22.875,87		
Concedidos						
Recebidos		255005	1012221152000			4.204.729,66
Concedidos						
Recebidos		255005	10122211520Q8			551.019,95
Concedidos						
Recebidos		255005	10122211520TP	442.947,17		
Concedidos						
Recebidos		255005	1012221154572			126.000,00
Concedidos						
Recebidos		255005	10305201520T6			17.514,67
Concedidos						
Recebidos		255005	10512206820AG			147.747,18
Concedidos						
Recebidos		255005	1054120686908			28.674,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos		255005	1012221152000	162.456,23		

QUADRO A.4.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização

						da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

4.1.3 Realização da Despesa

4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

QUADRO A.4.1.3.1.– DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL

Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:	
Modalidade de Contratação		Despesa Liquidada		Despesa paga	
		2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)					
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão					
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE				
2. Contratações Diretas (h+i)					
h) Dispensa					
i) Inexigibilidade					
3. Regime de Execução Especial					
j) Suprimento de Fundos					
4. Pagamento de Pessoal (k+l)					
k) Pagamento em Folha					
l) Diárias					
5. Outros					
6. Total (1+2+3+4+5)					

4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

QUADRO A.4.1.3.2 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ

Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:	
Modalidade de Contratação		Despesa Liquidada		Despesa paga	
		2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)					
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão					
e) Concurso					
f) Consulta	NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)					
h) Dispensa					
i) Inexigibilidade					
3. Regime de Execução Especial					
j) Suprimento de Fundos					
4. Pagamento de Pessoal (k+l)					
k) Pagamento em Folha					
l) Diárias					
5. Outros					

6. Total (1+2+3+4+5)				
-----------------------------	--	--	--	--

4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

QUADRO A.4.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL

Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:				
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa	NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE							
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

QUADRO A.4.1.3.4 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ

Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:				
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo	NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA							

2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.1.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	2.781.534,49	3.959.683,69	2.781.534,49	3.959.683,69
a) Convite		451.742,98		451.742,98
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	2.781.534,49	3.507.940,71	2.781.534,49	3.507.940,71
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	614.744,61	621.406,05	614.744,61	621.406,05
h) Dispensa	227.407,25	330.866,59	227.407,25	330.866,59
i) Inexigibilidade	386.950,68	290.539,46	386.950,68	290.539,46
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos	10.774,02	23.498,08	10.774,02	23.498,08
4. Pagamento de Pessoal (k+l)				
k) Pagamento em Folha	465.823,04	686.113,33	465.823,04	686.113,33
l) Diárias	1.027.114,79	1.069.191,65	1.027.114,79	1.069.191,65
5. Outros		380.775,21		380.775,21
6. Total (1+2+3+4+5)	4.899.604,27	6.740.668,01	4.899.604,27	6.740.668,01

4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.1.3.6 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
319091- Sent. judiciais	22.875,87	1.663,01	22.875,87	1.663,01			22.875,87	1.663,01
319096 –Pes. requisitado	442.947,17	531.998,14	442.947,17	531.998,14			442.947,17	531.998,14
319008 – Outros benefícios (Aux.Funeral)		152.452,18		152.452,18				152.452,18
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
3390.08 – Aux. funeral	241.833,59		241.833,59				241.833,59	
339014 - Diárias	1.018.030,49	1.045.835,75	1.018.030,49	1.045.835,75			1.018.030,49	1.045.835,75
339033 – Mat. consumo	173.451,34	220.072,14	118.275,97	172.182,90	55.175,37	47.889,24	118.275,97	172.182,90
339033- Passagens	6.787,04	1.047,08	6.787,04	1.047,08			6.787,04	1.047,08
339036- Serviço P. Física	189.084,40	209.403,90	189.084,40	209.403,90			189.084,40	209.403,90
339037- Loc. mão obra	1.931.505,37	2.580.339,69	1.931.505,37	2.580.339,69			1.931.505,37	2.580.339,69
339039 – Serv. Pessoa Jurídica	1.477.503,16	1.573.314,48	1.400.538,34	1.535.995,48	76.964,82	37.319,00	1.400.538,34	1.535.995,48
339047- Ilumin. Pública	4.174,99	4.490,00	4.174,99	4.490,00			4.174,99	4.490,00
339093- Restituições	33.315,08	26.834,42	33.315,08	26.834,42			33.315,08	26.834,42
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
449051- Obras		407.636,94		407.636,94				407.636,94
449052- Mat. Permanente	162.456,23	49.737,00	15.677,87	13.500,00	146.778,36	36.237,00	15.677,87	13.500,00
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

Não houve problemas na programação orçamentária. A liberação de recurso ocorreu dentro dos cronogramas previamente estabelecidos, o que possibilitou que os compromissos contratados com fornecedores e prestadores de serviços, fossem devidamente honrados nos prazos pactuados.

O ponto positivo que merece destaque é a alta execução dos créditos orçamentários disponibilizados, ou seja, boa execução orçamentária.

As licitações ocorreram de forma regular e dentro da legalidade. Todas as modalidades tiveram aumento substancial em relação ao exercício anterior, se considerarmos os valores e quantidades de certames, o que demonstra que todos os recursos foram submetidos à processos licitatórios.

4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

QUADRO A.4.2. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
NÃO SE APLICA ESTA UNIDADE					
Não houve ocorrências no período para as contas contábeis de códigos 21211.11.00, 21212.11.00, 21215.22.00, 21219.22.00 do SIAFI					
Fonte: SIAFI					

4.2.1 Análise Crítica

Não ocorreu despesa de reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos em 2013.

4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2013	15.573,87			15.573,87
2012	48.782,89	906,42	47.876,47	-
...				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2013	278.918,55			
2012	2.971.810,11	859.005,23		
2011	689.521,86		139.788,87	549.732,99

4.3.1 Análise Crítica

A análise crítica sobre a gestão dos Restos a Pagar inscritos em Exercícios anteriores deve considerar, sem prejuízo de outras abordagens que a UJ considere adequadas desenvolver, os seguintes aspectos:

- Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de referência, decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores;

- As razões e/ou circunstâncias que fundamentam a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro sem pagamento, caso existente, inclusive no que se refere a possível descumprimento do que preconiza a Lei 4320/64 quando de sua inscrição, notadamente quanto à necessidade de existência de obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição, para caracterização da existência do empenho, conforme entendimento que fundamentou o Acórdão 2659/2009- TCU- Plenário;
- A existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI como “vigentes” de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores ao exercício de referência do relatório de gestão sem que sua vigência tenha sido prorrogada.

4.4 Transferências de Recursos

4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

”NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome:									
CNPJ:					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE									
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
Fonte:									

4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

”NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

QUADRO A.4.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante		
Nome:		
CNPJ:		
UG/GESTÃO:		
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados	Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento

	em Cada Exercício			(em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse	NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE					
Termo de Cooperação	NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE					
Termo de Compromisso						
Totais						

Fonte:

4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

QUADRO A.4.4.3 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:		UG/GESTÃO:			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			
		Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse	
2013	Contas Prestadas	Quantidade	56		85
		Montante Repassado	20.557.584,37		60.343.339,60
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	13		33
		Montante Repassado	5.043.243,94		19.424.519,65
2012	Contas Prestadas	Quantidade	38		18
		Montante Repassado	7.762.221,39		6.527.882,71
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	07		14
		Montante Repassado	879.741,39		4.489.102,74
2011	Contas Prestadas	Quantidade	29		23
		Montante Repassado	5.431.996,13		5.652.420,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	03		02
		Montante Repassado	422.829,54		650.504,28
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	56		-0-
		Montante Repassado	2.077.644,99		-0-

Fonte: SECOV

4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO A.4.4.4 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIO E CONTRATOS DE REPASSE. Posição 31/12 em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:		UG/GESTÃO:			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados	Instrumentos			
		Convênios	Contratos de Repasse		
2013	Quantidade de Contas Prestadas		73	102	
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	1	16		
		-0-	-0-		
		-0-	-0-		
		200.000,00	431.010,18		
		07	14		
	507.954,73	2.854.478,34			
Com Prazo de	23	12			

	Análise Vencido	10	05			
		02	01			
		4.408.275,42	4.280.772,78			
		30	54			
		15.441.354,22	52.777.078,30			
2012	Quantidade de contas prestadas			60	65	
	Contas Analisadas	13			32	
		04			02	
		04			02	
		9.259.540,66			29.589.501,36	
	Contas NÃO Analisadas	39			29	
7.762.211,39			6.527.882,71			
2011	Quantidade de Contas Prestadas			59	53	
	Contas analisadas	15			31	
		03			01	
		15			-0-	
		91.239.596,05			31.251.111,66	
	Contas NÃO Analisadas	26			21	
5.431.996,13			5.652.420,00			
Exercício Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	33			02	
		5.173.287,93			-0-	
Fonte: SECOV						

4.4.5 Análise Crítica

O Serviço de Convênios não realiza fiscalização “in loco” da execução financeira dos convênios e /ou termos de compromissos celebrados no âmbito do estado da Bahia, em função da escassez de recursos humanos, o que diminuiria as impropriedades/irregularidades quando da apresentação das prestações de contas, bem como de instauração de Tomada de Contas Especial, refletindo na melhoria da aplicabilidade dos recursos transferidos às convenentes.

Em Relação ao Plano de Aceleração do Crescimento do Governo Federal, as transferências por meio termos de compromisso continuam sendo instruídas/liberadas, visando atingir a missão institucional da FUNASA e Metas do Governo Federal.

Com a criação do SICONV as Entidades convenentes têm demonstrado maior preocupação em prestar contas, gerando melhor controle do volume de recursos transferidos e sua aplicabilidade.

Enquanto concedente a FUNASA deve buscar garantir que os recursos repassados tenham boa e regular aplicabilidade em conformidade com a legislação vigente, entretanto, após exauridas todas providências cabíveis e evitando imputação, pelos órgão de Controle de responsabilidade solidária, àquelas convenentes que deixam de cumprir as exigências legais, são registradas como Inadimplentes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e considerando a Ordem de Serviço nº 02/2012, da FUNASA, o SECON/SUEST/BA, antes de instaurar o processo de Tomada de Contas Especial, oficializa às empresas executoras enquanto corresponsáveis pela execução dos objetos propostos nos convênios e/ou termos de compromisso.

O Setor de Prestação de Contas de Convênios em 2013, após Portaria do Presidente da FUNASA e Portaria da Superintendente recebeu 07 (sete) novos analistas, que de forma incipiente passaram a analisar as prestações de contas a partir de setembro de 2013, ressaltando que o Setor possui ainda, quantidade considerável de convênios expirados até 2010 para serem analisados.

Com o intuito de minimizar as impropriedades cometidas pelos Gestores quando da análise das prestações de contas, a SUEST/BA realizou evento, com a presença da CGU, com Gestores municipais em novembro/13, para orienta-los sobre as normas e procedimentos para a apresentação das prestações de contas, visando evitar ou reduzir equívocos e perda de prazo e, assim, evitar que se chegue a instauração da devida TCE.

4.5 Suprimento de Fundos

4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

QUADRO A.4.5.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013			0	0,00	6	10.774,02	10.774,02
2012			4	3.150,00	15	20.348,08	23.498,08
2011			21	89.062,00	28	285.038,96	374.100,96

4.5.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

QUADRO A.4.5.2 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO (CONTA TIPO “B”) Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1					Nome da UG			
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Total Utilizado pela UG								
Código da UG 2	NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE				Nome da UG			
Total Utilizado pela UG								
Total Utilizado pela UJ								

Fonte:

4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

QUADRO A.4.5.3 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	255005	Limite de Utilização da UG		Valor		Total
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Saque	Fatura		
EDSON TORRES MATOS	35145820178	7.000,00		5.886,47	5.886,47	
HENRIQUE JOSÉ CONCEIÇÃO DOS SANTOS	27358780582	3.000,00		1.612,52	1.612,52	
JOSÉ MARQUES CARNEIRO	07185324572	2.000,00		485,25	485,25	
LAURO TEIXEIRA DEIRÓ	25444441500	2.000,00		1.580,74	1.580,74	
ROSALVO DE JESUS	08949620510	3.000,00		1.119,04	1.119,04	
UILSON FIAES PINTO DA SILVA	21394946520	1.000,00		90,00	90,00	
Total Utilizado pela UG				10.774,02	10.774,02	
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:				
Total Utilizado pela UG						

Total Utilizado pela UJ		10.774,02	10.774,02
-------------------------	--	-----------	-----------

Fonte: SIAFI

4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

QUADRO A.4.5.4 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO "B" E CPGF)

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							6	10.774,02	15	23.498,08	38	679.787,08

Fonte: SIAFI

4.5.5 Análise Crítica

As contas referentes aos Suprimentos de Fundos revelam uma drástica redução (exercícios 2011 para 2012), principalmente, devido ao desligamento da Funasa com as atividades da Saúde Indígena que passaram para a Secretaria de Saúde Indígena, bem como de 2012 para 2013.

É bom lembrar que a evolução positiva das aquisições de bens, por meio **através** de licitações, regulares e dentro da legalidade, contribuíram para o decréscimo (44% entre os exercícios de 2012 e 2013) da utilização desta forma de aquisição de bens e serviços, substituído, na medida do possível, as aquisições diretas, por pregões, ou aquisições por meio de dispensa de licitação e cotação eletrônica, eliminando ao máximo as aquisições por meio do cartão corporativo.

4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ

”NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

5.1 Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1 Lotação

QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	não há	256	2	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos	não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	não há	256	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	não há	248	1	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	não há	7	1	2
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	não há	1	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	não há	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	não há	2	0	0

3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	não há	1	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	não há	259	2	3

Fonte: SIAPE

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	1
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	1
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	1
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em Pessoa da Família	13
4.2. Capacitação	178
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	

Fonte: SIAPE

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	não há	14	1	1
1.1. Cargos Natureza Especial	não há	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	não há	7	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	não há	5	0	1
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	não há	1	1	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	não há	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	não há	1	0	0
1.2.5. Aposentados	não há	0	0	0

2. Funções Gratificadas	não há	14	2	1
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	não há	14	2	1
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	não há	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	não há	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	não há	28	3	2

Fonte: SIAPE

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	3	3	54	160	30
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2. Servidores de Carreira	2	2	54	160	30
1.3. Servidores com Contratos Temporários	1	1	Não há	Não há	Não há
2. Provimento de Cargo em Comissão	Não há	2	6	11	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	Não há	Não há	3	3	Não há
2.3. Funções Gratificadas	Não há	2	3	8	1
3. Totais (1+2)	3	5	60	171	31

Fonte: SIAPE

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo			16	28	119	87			
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira			16	28	119	85			
1.3. Servidores com Contratos Temporários						2			
2. Provimento de Cargo em Comissão					17	4			
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					5	2			
2.3. Funções Gratificadas					12	2			
3. Totais (1+2)			16	28	136	91			

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte:

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimento s e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis							Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retrocessões	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	34.826,69 6,58	0	0	3.296.003,9 1	1.886.658,48	0	94.639,6 7	96.862,0 0	40.180,8 60,64	
	2012	33.541,389 ,73	0	16.691.769,3 3	5.822.256, 57	11.115,00	3.196.269,51	0	441.072,2 3	59.813,87 9,00	
	2011										

	2011	23.165.213,36	0	16.856.964,15	1.461.727,70	5.050.069,51	3.3119.997,40	0	0	116.911,20	49.970.883,32
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	159.380,00	0	0	0	5.968,00	0	0	0	0	165.348,00
	2012	272.376,33	0	0	0	0	0	0	0	0	272.376,33
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	211.545,68	0	0	0	0	0	0	0	0	211.545,68
	2012	189.106,29	0	0	0	0	0	0	0	0	189.106,29
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	197.456,57	0	0	0	0	0	0	0	0	197.456,57
	2012	320.076,84	0	0	0	0	0	0	0	0	320.076,84
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAPE

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO A.5.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	22	22
1.1 Voluntária	-	-
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	4	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	-	-
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	5	5
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	31	27

Fonte: SIAPE

5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.4.2 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	0	0
1.1. Integral		
1.2. Proporcional		
2. Em Atividade		
3. Total (1+2)	0	0

Fonte:

5.1.5 Cadastramento no Sisac

5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

QUADRO A.5.1.5.1 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão				
Concessão de aposentadoria	31	2	29	27
Concessão de pensão civil	51		49	
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório	86		5	108
Totais	168	2	83	135

5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

QUADRO A.5.1.5.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

Em 2013 não ocorreu atos de desligamento, cancelamento de concessão e de desligamento para serem comunicados ao TCU.

5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

QUADRO A.5.1.5.3 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão				
Concessão de aposentadoria	18	8	1	2
Concessão de pensão civil	36	8	3	2
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório		2	1	2
Total	54	18	5	6
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento				
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Total				

5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

O **Quadro A.5.1.5.4** a seguir tem por objetivo evidenciar a quantidade de atos que devem ser comunicados ao TCU, porém, sem o uso do SISAC, nos termos do art. 14 da IN TCU 55/2007.

A.5.1.5.4 – ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões graciosas ou indenizatórias				
Outros atos fora do SISAC (especificar)				
Totais				

Em 2013 não ocorreu atos de pensão graciosa ou indenizatória e nem outros atos fora do SISAC sujeitos a remessa, por meio físico, ao TCU.

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

No exercício de 2013, foi emitido Ofício Circular para todos os servidores, solicitando a assinatura de declaração de não acúmulo de cargos. Anualmente, todos os servidores preenchem a referida declaração. Esta media tem sido efetiva para a identificação de servidores com acúmulo de cargos e/ou funções.

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

- 1) Que foram convocados 31 (trinta e um) servidores com indício de acumulação de cargos públicos, da análise dos documentos apresentados foram considerados como regularizados a situação de acumulação de cargos de 23 (vinte e três) servidores.
- 2) Ressalte-se que dos 31 (trinta e um) convocados, constatou-se que a documentação apresentada por 08 (oito) servidores não afastou totalmente a hipótese de jornadas incompatíveis e/ou acumulação ilícita de cargos públicos, desta forma, caso não haja “opção” prevista no art. 133 da Lei 8.112/90, será instaurado Processo Administrativo Disciplinar em cumprimento ao que estabelece o mesmo dispositivo legal.
- 3) Registre-se que dos casos anteriores apurados, foi instaurado um PAD – Processo Administrativo Disciplinar, na modalidade Rito Sumário em desfavor da servidora Ângela Maria de Souza, sobre as acumulações ilegais dos cargos ocupados pela referida servidora.
- 4) Quanto aos novos casos suspeitos de acumulação ilegal de cargos e/ou incompatibilidade de horário, foi elaborado 59 (cinquenta e nove) Termos de Convocação aos servidores envolvidos, para manifestação e apresentação de documentações relativas aos cargos ocupados.

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Esta UJ não tem indicadores gerenciais desenvolvidos para a área de pessoal.

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.5.2.1 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
Não houve ocorrência no período					

Fonte:

5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

QUADRO A.5.2.2 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

AS SUPERINTENDÊNCIAS ESTADUAIS NÃO SÃO RESPONSÁVEIS POR GERIR A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS, FICANDO ESTA RESPONSABILIDADE A CARGO DA PRESIDÊNCIA.

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE			

Fonte:

5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante														
Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE/SUEST-BA														
UG/Gestão: 255005/36211							CNPJ: 26.989.350/0017-83							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	L	Ordinário	07/2011	04.599.113/0001-01	01/04/11	31/03/12			24	24				P
2010	V	Ordinário	63/2010	10.702.684/0001-27	16/11/10	15/11/11			40	40				P

Observações:

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte:

5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.5.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE/SUEST-BA													
UG/Gestão: 255005/36211							CNPJ: 26.989.350/0017-83						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	9	Ordinária	03/12	02.948.998/001-86	28/05/13	27/05/14			8	8			P
Observações:													
LEGENDA													
Área:					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
1. Segurança;													
2. Transportes;													
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													

Fonte:

5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

O contrato de limpeza e higiene manifestou desinteresse na renovação do contrato e a partir de então, apesar de não interromper os serviços, a empresa vem apresentando irregularidades nos documentos fiscais referentes a Receita Federal e INSS. A Suest tem notificado a empresa para que, sob prazo determinado, regularize sua situação, conforme parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN/CJU nº 401/2000, c.c. a mensagem SIASG nº 060789 de 05/10/2000.

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	9	11	14	11	29.340,00
1.1 Área Fim	3	5	7	4	12.308,00
1.2 Área Meio	6	6	7	7	16.652,00
2. Nível Médio	39	36	32	32	46.565,00
2.1 Área Fim	2	3	4	5	4.690,00
2.2 Área Meio	37	33	28	27	41.875,00
3. Total (1+2)	48	47	46	43	90.980,00

Fonte: SIAPE

6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Esta SUEST não possui veículos locados. A gestão da sua frota de veículos é realizada com base na Instrução Normativa nº. 03 de 15 de maio de 2008 e seus anexos, a qual é utilizada para o transporte de servidores em viagens a serviço, por todo o estado da Bahia, para acompanhamento e fiscalização de obras de convênios e contratadas, e diversas outras atividades de supervisão e operação de campo da Administração. Nenhuma das atividades ora descritas podem ser realizadas sem o apoio logístico da área de transporte. Esta SUEST conta com 45 (quarenta e cinco) veículos, discriminados a seguir:

- Veículos de Representação - 04 (Automóveis)
- Veículos de Transporte Institucional -10 (Automóveis e Van)
- Veículos operacionais de campo - 31 (Pick-up's, Reboque, Caminhões e UMCQA)
- Veículo leve - 01 (Motocicleta)

A seguir, será demonstrado algumas características dos veículos:

a) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra "c" supra.

	<u>Média de Km Rodado*</u>
- Representação	9.750
- Transporte de passageiros	34.500
- Pick-up	36.600
- Veículos UMCQA	10.000
- Moto	2.000
- Caminhão	23.333

* Números extraídos do sistema Ticket Car.

b) Idade média da frota, por grupo de veículos.

	<u>Idade Média da Frota por Grupo</u>
- Representação	09 Anos
- Transporte de passageiros	10 Anos
- Pick-up	06 Anos
- Veículos UMCQA	05 Anos
- Reboque	02 Ano
- Moto	14 Anos
- Caminhão	20 Anos

c) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros).

- Revisões, manutenções, administração e pessoal: **R\$ 174.912,88** (anual=2013)*
- Combustíveis e Lubrificantes: **R\$ 198.722,38** (anual=2013)**

* Contratação da UG com a Ticket Car ** Contratação de Brasília (DEADM) com a Ticket Car

d) Plano de substituição da frota.

- No momento não há previsão de Substituição de veículos para a SUEST/BA.

e) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação.

Não foi levantada a necessidade de solicitar a Brasília a liberação para locação de veículos neste exercício.

f) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Formalização do Contrato 22/2011, entre a FUNASA/SUEST-BA e a TICKET CAR, cujo objeto é o fornecimento de serviços de manutenção, com controle eletrônico e emissão de relatórios gerenciais, através de sistema e cartões, funcionando satisfatoriamente e com bons resultados e Controle Administrativo e efetivo dos relatórios de BDT.

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	BAHIA	2	3
	Salvador	2	3
	Subtotal Brasil	2	3
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	Subtotal Exterior	0	0
Total (Brasil + Exterior)		2	3

Fonte: Setor de Patrimônia da FUNASA-SUEST-BA.

6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

QUADRO A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Serra do Ramalho/Agrovila 06	3039.000 01.500-0	5	6	24.000,00	05/12/2013	214.641,00	Não	Não
Serra do Ramalho/Agrovila 10	3039.000 03.500-0	5	6	24.000,00	05/12/2013	214.641,00	Não	Não
Serra do Ramalho/Agrovila 22	3039.000 05.500-1	5	6	24.000,00	05/12/2013	214.641,00	Não	Não
Sítio do Mato	3041.000 01.500-1	5	4	12.500,00	06/12/2013	417.293,75	Não	Não
Angical	3327.000 06-500-2	5	3	31.586,68	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Barra	3353.000 11.500-9	5	3	1.129,467,75	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Barra	3353.000 13.500-0	5	3	120.876,64	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Barra	3353.000 15.500-0	5	4	10.000,00	--	Sem Avaliação	Não	Não

						Recente*		
Barra	3353.000 17.500-1	5	3	69.712,2 7	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Barreiras	3363.000 34.500-1	5	6	1.508.45 7,97	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Bom Jesus da Lapa	3377.000 28.500-9	5	4	340.000, 00	11/12/2013	2.859,839, 76	Não	Não
Bom Jesus da Lapa	3377.000 30.500-0	5	6	583.555, 64	11/12/2013	1.538.839, 90	Não	Não
Bom Jesus da Lapa	3387.000 38.500-3	10	6	11.920,0 0	11/12/2013	397.335,32	Não	Não
Brejolân dia	3387.000 01.500-9	5	4	33.033,0 0	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Buerare ma	3393.000 04.500-0	5	2	194.662, 48	10/10/2013	298.604,30	Não	Não
Campo Alegre de Lourdes	3417.000 01.500-4	5	4	4.000,00	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Canapoli s	3421.000 01.500-2	5	4	34.200,0 0	13/12/2013	181.824,00	Não	Não
Caravela s	3437.000 38.500-0	5	3	25.688,0 0	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Carinhan ha	3441.000 11.500-1	5	3	5.600,00	10/12/2013	290.264,80	Não	Não
Carinhan ha	3441.000 15.500-3	5	3	324.324, 91	10/12/2013	3.945.234, 89	Não	Não
Casa Nova	3443.000 07.500-6	5	4	169.848, 85	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Casa Nova	3443.000 09.500-7	5	4	52.083,6 8	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Casa Nova	3443.000 11.500-8	5	4	57.083,6 8	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Casa Nova	3443.000 13.500-9	5	4	49.386,6 8	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Chorocho ó	3453.000 03.500-1	10	4	28.410,7 5	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Coaraci	3459.000 05.500-1	5	4	245.077, 47	10/10/2013	577.708,50	Não	Não
Coribe	3481.000 01.500-6	5	3	28.000,0 0	12/12/2013	2.100.000, 00	Não	Não
Coribe	3481.000 03.500-7	5	3	13.800,0 0	12/12/2013	207.000,00	Não	Não
Correntin a	3485.000 01.500-9	5	2	70.660,0 0	12/12/2013	4.698.464, 00	Não	Não
Correntin a	3485.000 05.500-0	5	4	12.000,0 0	13/12/2013	81.000,00	Não	Não
Feira de Santana	3515.002 09.500-5	5	4	107.600, 00	01/11/2013	5.416.521, 29	Não	Não
Formosa do Rio Preto	3521.000 01.500-9	5	4	12.000,0 0	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Ibicaraí	3541.000 05.500-5	5	3	249.120, 03	10/10/2013	597.009,20	Não	Não
Santa Rita	3549.000	10	4	113.389,	--	Sem	Não	Não

de Cássia	03.500-0			05		Avaliação Recente*		
Santa Rita de Cássia	3549.000 05.500-0	5	4	200.000,00	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Santa Rita de Cássia	3549.000 07.500-1	5	4	18.000,00	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Ibotirama	3565.000 05.500-2	5	3	28.980,00	04/12/2013	293.915,16	Não	Não
Ibotirama	3565.000 07.500-3	5	4	23.100,00	04/12/2013	145.449,15	Não	Não
Ibotirama	3565.000 09.500-4	12	3	39.480,00	04/12/2013	265.305,60	Não	Não
Igaporã	3569.000 05.500-5	5	3	101.791,35	05/12/2013	585.686,67	Não	Não
Ilhéus	3573.001 85.500-3	22	4	16.320,00	10/10/2013	923.613,18	Não	Não
Itajuípe	3611.000 05.500-0	5	3	323.738,19	10/10/2013	815.476,00	Não	Não
Jequié	3661.001 12.500-8	14	2	36.560,00	01/11/2013	485.078,08	Não	Não
Juazeiro	3669.000 46.500-5	18	4	60.000,00	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Juazeiro	3669.000 48.500-6	21	3	131.968,00	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Juazeiro	3669.000 50.500-7	14	4	18.369,40	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Malhada	3705.000 01.500-0	5	4	16.800,00	12/12/2013	435.397,20	Não	Não
Morpará	3733.000 01.500-5	5	4	21.000,00	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Muritiba	3747.000 01.500-5	10	3	2.000,00	01/11/2013	14.017,00	Não	Não
Muritiba	3747.000 03.500-6	10	3	2.000,00	01/11/2013	14.017,00	Não	Não
Paratinga	3775.000 06.500-8	10	6	20.000,00	04.12/2013	152.300,00	Não	Não
Paratinga	3775.000 08.500-9	5	4	50.000,00	04/12/2013	380.750,00	Não	Não
Paratinga	3775.000 10.500-0	5	3	7.500,00	04/12/2013	18.997,50	Não	Não
Pilão Arcado	3789.000 07.500-3	5	4	240.190,88	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Porto Seguro	3807.000 56.500-2	22	2	-----	10.10.2013	2.416.352,36	Não	Não
Riachão das Neves	3825.000 01.500-0	5	4	42.000,00	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Riachão das Neves	3825.000 03.500-1	5	4	7.200,00	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Salvador	3849.007 32.500-2	21	3	339.856,13	01/10/2013	5.079.536,80	Não	Não
Salvador	3849.007 98.500-2	21	3	280.000,00	01/10/2013	4.180.861,74	Não	Não
Santana	3865.000 01.500-0	5	4	154.850,80	13/12/2013	567.863,10	Não	Não
São	3877.000	5	4	18.900,00	--	Sem Avaliação	Não	Não

Desidéri o	04.500-0			0		Recente*		
Sapeaçú	3891.000 01.500-9	5	4	50.000,0 0	01/11/2013	890.437,50	Não	Não
Sento Sé	3903.000 07.500-9	5	4	656.282, 17	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Serra Dourada	3905.000 01.500-2	5	3	94.578,0 1	13/12/2013	1.352.787, 20	Não	Não
Serrinha	3909.000 16.500-7	10	3	60.000,0 0	01/11/2013	1.230.000, 00	Não	Não
Tabocas do Brejo Velho	3917.000 01.500-6	5	4	12.000,0 0	13/12/2013	368.766,00	Não	Não
Teodoro Sampaio	3927.000 01.500-3	5	3	152.303, 89	01/11/2013	504.942,18	Não	Não
Teodoro Sampaio	3927.000 03.500-4	5	3	29.600,0 0	01/11/2013	457.983,47	Não	Não
Teodoro Sampaio	3927.000 05.500-5	5	4	9.000,00	01/11/2013	126.000,00	Não	Não
Uauá	3939.000 09.500-0	5	4	5.000,00	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Uauá	3939.000 11.500-1	5	4	50.000,0 0	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Uauá	3939.000 13.500-2	5	4	5.000,00	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Uauá	3939.000 15.500-3	5	4	10.000,0 0	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Ubatã	3945.000 04.500-8	5	7	15.000,0 0	10/10/2013	142.410,98	Não	Não
Uruçuca	3953.000 08.500-0	5	3	179.690, 38	10/10/2013	584.356,20	Não	Não
Vitória da Conquista	3965.000 54.500-5	5	Ruim	30.960,0 0	01/11/2013	2.719.085, 93	Não	Não
Xique- Xique	3971.000 01.500-0	5	Bom	79.906,9 3	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Xique- Xique	3971.000 03.500-1	5	Bom	79.906,9 3	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Xique- Xique	3971.000 05.500-2	5	Bom	249.743, 64	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Mansidã o	3977.000 01.500-0	5	Bom	45.899,0 0	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Wanderl ey	3999.000 02.500-6	10	Bom	10.360,0 0	--	Sem Avaliação Recente*	Não	Não
Totais →	81 imóveis			9.742.281,23			0,00	0,00
49.402.248,71								
Fonte: Setor de Patrimônio da FUNASA/SUEST-BA								

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

UG: É o código da unidade gestora (UG) constante do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI que se utiliza do imóvel.

RIP: É o código de Registro Imobiliário Patrimonial – RIP do imóvel gerado de acordo com lei de formação estabelecida pela SPU.

Regime: É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel, que deverá ser informado conforme a seguinte codificação:

- | | |
|------------------------------------|---|
| 1 – Aquicultura | 12 – Em regularização – Outros |
| 2 – Arrendamento | 13 – Entrega – Adm. Federal Direta |
| 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta | 14 – Esbulhado (Invadido) |
| 4 – Cessão – Outros | 15 – Imóvel Funcional (não deve ser objeto do Quadro) |
| 5 – Cessão – Prefeitura e Estados | 16 – Irregular – Cessão |
| 6 – Cessão Onerosa | 17 – Irregular – Entrega |
| 7 – Comodato | 18 – Irregular – Outros |
| 8 – Disponível para Alienação | 20 – Locação para Terceiros |
| 9 – Em processo de Alienação | 21 – Uso em Serviço Público |
| 10 – Em regularização – Cessão | 22 – Usufruto Indígena |
| 11 – Em regularização – Entrega | 23 – Vago para Uso |

Estado de Conservação: Estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

- | | |
|---------------|---------------------------------|
| 1 – Novo | 5 – Reparos Importantes |
| 2 – Muito Bom | 6 – Ruim |
| 3 – Bom | 7 – Muito Ruim (valor residual) |
| 4 – Regular | 8 – Sem Valor |

6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

QUADRO A.6.2.3 – DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupado	3417.00003.500-5	Bom (terreno)	4.000,00	--	Sem avaliação recente*	Não	Não
Ocupado	3549.00009.500-2	Regular	6.510,00	--	Sem avaliação recente*	Não	Não
Ocupado	3789.00001.500-0	Regular	26.000,01	--	Sem avaliação recente*	Não	Não
Ocupado	3821.00004.500-4	Bom	41.012,36	--	Sem avaliação recente*	Não	Não
Ocupado	3821.00006.500-5	Ruim	54.946,55	--	Sem avaliação recente*	Não	Não
Ocupado	3821.00008.500-6	Regular	41.006,04	--	Sem avaliação recente*	Não	Não
Ocupado	3821.00010.500-7	Regular	54.946,55	--	Sem avaliação recente*	Não	Não
Ocupado	3821.00012.500-8	Ruim	57.946,55	--	Sem avaliação recente*	Não	Não
Ocupado	3821.00014.500-9	Ruim	51.150,00	--	Sem avaliação recente*	Não	Não
Ocupado	3821.00016.500-0	Bom	54.946,55	--	Sem avaliação recente*	Não	Não
Ocupado	3821.00018.500-0	Bom	48.150,00	--	Sem avaliação recente*	Não	Não
Ocupado	3821.00020.500-1	Bom	56.146,55	--	Sem avaliação recente*	Não	Não
Ocupado	3821.00022.500-2	Regular	41.006,04	--	Sem avaliação recente*	Não	Não
Ocupado	3821.00024.500-2	Bom	269.454,00	--	Sem avaliação recente*	Não	Não

o	500-3		17		recente*			
Ocupad	3843.00003.	Regular	28.010,7	--	Sem avaliação	Não	Não	
o	500-0		5		recente*			
Ocupad	3877.00002.	Bom	9.200,00	--	Sem avaliação	Não	Não	
o	500-9				recente*			
Ocupad	3903.00005.	Regular	24.964,0	--	Sem avaliação	Não	Não	
o	500-8		9		recente*			
Total								
Fonte:								

6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

O Quadro A.6.3 a seguir, denominado **Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis que estavam locados de terceiros pela UJ no final dos exercícios de 2013 e 2012, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

QUADRO A.6.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros da UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
BRASIL	Bahia	1	1
	Salvador	1	1
	Subtotal Brasil	1	1
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	Subtotal Exterior	0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1
Fonte: Setor de Patrimônio da FUNASA/SUEST-BA			

Análise Crítica:

Tendo em vista o Almojarifado estar funcionando precariamente em um espaço locado e não havendo possibilidade do mesmo ser instalado no imóvel da Avenida Barros Reis, por estar sujúdice, a Superintendência decidiu não mais renovar o contrato no final da vigência, em janeiro de 2014 e planejou a transferência para uma sala no prédio do Corredor da Vitória.

7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

”NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

”NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.

	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	() são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	() nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.

<input type="checkbox"/>	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/>	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

7.1.1 Análise Crítica

Toda a Gestão de TI está centralizada na Presidência da FUNASA.

8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Deixamos de preencher o quadro A.8.1 tendo em vista que estamos no aguardo da implantação do Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS por parte da Funasa/Presi, que trará as diretrizes a serem seguidas pelas unidades regionais.

QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).					
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de					

produtos e serviços.					
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 					
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).					
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 					
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).					
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.					
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade. 					
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.					
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (resma)	2.082		3.500	19.112,00		32.125,00
Água (m³)	8.005	5.307	56.700	96.063,49	59.918,69	567.000,00
Água mineral (garrafão de 20l)	3.024	1.540	3.080	15.122,00	5.296,53	10.500,00
Energia Elétrica (Kilowatt)	160.800	176.429	451.600	112.615,04	123.500,00	511.000,00

			Total	242.912,53	188.715,22	1.120.625,00
--	--	--	--------------	------------	------------	--------------

Fonte: Salog/Somat

9 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO A.9.1.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde/Superintendência Estadual da Bahia					2207
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-	043.896/2012-0	-	-	-	Ofício nº 222/2013/SECEX-BA
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde/SUEST-BA					2207
Descrição da Deliberação					
Solicita copia da prestação de contas parcial do CV nº 2062/05, celebrado com o município de Jandaíra/Ba					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Convenios					2207
Síntese da Providência Adotada					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Mantida a inadimplência total registrada no SIAFI					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Após visita a Prefeitura de Jandaíra/Ba para análise financeira do convênio e análise do parecer técnico, foi constatada o alcance zero do objetivo do convênio.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde/Superintendência Estadual da Bahia					2207
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-	033.536/2010-4	-	-	-	Ofício nº 0563/2013/SECEX-BA
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde/SUEST-BA					2207
Descrição da Deliberação					
Solicita informações acerca do convênio nº 3630/01, celebrado com o município de Guanambi/Ba.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Divisão de Engenharia e Saúde Pública					2207
Síntese da Providência Adotada					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Encaminha informações relativa aos questionamentos apontados pela SECEX.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Após visita, foi constatado que a obra estava paralisada. Em vista disso foi suspensa o pagamento das demais parcelas.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde/Superintendência Estadual da Bahia					2207
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-	-	-	-	-	Ofício nº 0126/2013/SECEX-BA
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde/SUEST-BA					2207
Descrição da Deliberação					
Notifica a FUNASA sobre o arquivamento da TCE nº 25130.001.246/1995-42					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
					2207
Síntese da Providência Adotada					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento no Final do Exercício

QUADRO A.9.1.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde/Superintendência Estadual da Bahia					2207
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-		3219/2013	1.8		DE
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde/Superintendência Estadual da Bahia					2207
Descrição da Deliberação					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde/Superintendência Estadual da Bahia					2207
Justificativa para o seu não Cumprimento: Foi solicitado dilação de prazo					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
O encaminhamento por parte do TCU da relação de servidores com acumulações de cargo, demorou, o que prejudicou o início das apurações.					

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

QUADRO A.9.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde/Superintendência Estadual da Bahia			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Memorando nº 2090/Coged/Audit		Solicita informações sobre o TC/PAC 1459/08 – Sobradinho/Ba
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde/Superintendência Estadual da Bahia			2207
Descrição da Recomendação			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde/Superintendência Estadual da Bahia			2207
Síntese da Providência Adotada – Atendido através memo/034/13/Diesp			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.9.2.2 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A responsabilidade pela atuação da Unidade de Auditoria interna é da Unidade Central da Funasa, cabendo às Superintendências Estaduais o cumprimento de deliberações emanadas.

9.4 Declaração de Bens e Rendias Estabelecida na Lei nº 8.730/93

9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro

Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	11	10	32
	Entregaram a DBR	11	10	32
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: SEREH

9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Para cumprimento das obrigações de entrega das DBR's em cumprimento a Lei 8.730/93, foram adotadas as seguintes providências:

- 1 – Convocação dos servidores para a entrega das mesmas;
- 2 – Setor incumbido de gerenciar a recepção das DBR's – Cadastro de Pessoal;
- 3 – Não temos sistema informatizado para o gerenciamento dos dados;
- 4 – Forma de recepção: declaração do servidor autorizando acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal ou cópia da declaração de rendimentos;
- 5 – A unidade não possui nenhum meio para a análise das informações declaradas pelos servidores;
- 6 – Forma de guarda das DBR's; pasta funcional dos servidores.

9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

QUADRO A.9.5 – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2013

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU				Remetidas ao TCU
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	
			Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
								25130.009.586/2013-46 – CV- 0355/07 – Cândido Sales/Ba. SIAFI 632238
							25130.013.627/2013-07 – CV-0624/06 – SIAFI 569854 – Souto Soares/Ba. OBS: O agente responsável solicitou prazo para concluir a obra.	
							25130.013.628/2013-43 – CV-2067/05 – SIAFI 554663 – Souto Soares/Ba. OBS: O agente responsável solicitou prazo para concluir a obra.	

9.6 Alimentação SIASG E SICONV

QUADRO A.9.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E

DECLARAÇÃO

Eu, Glenda Babosa de Melo, CPF nº 367.279.624-72, Superintendente Estadual, exercido na Superintendência Estadual da Bahia, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Salvador, 19 de fevereiro de 2014.


Glenda Babosa de Melo
367.279.624-72
Superintendente Estadual

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A Funasa, visando atender o disposto na Lei 12.527/2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.724/2012, além de ter em seu site oficial - www.funasa.gov.br, a disponibilização de informações sobre a instituição, informações de interesse externo e possíveis parceiros e usuários dos serviços prestados pelo Governo Federal através desta casa, disponibiliza o canal de comunicação direto com o cidadão - o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, que tem por objetivo, atender o cidadão que deseja acesso às informações públicas sobre a atuação da Funasa, seja do nível central - Presidência, seja das suas Unidades Descentralizadas - Superintendências Estaduais.

O Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) é a unidade física existente em todos os órgãos e entidades do poder público, em local identificado e de fácil acesso, e têm como objetivos:

- Atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;
- Conceder o acesso imediato à informação disponível;
- Informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;
- Protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações.

O cidadão pode solicitar acesso às informações públicas da Funasa de três maneiras:

- Através do e-mail sic@funasa.gov.br;
- Por meio do sistema e-sic desenvolvido pela Controladoria-Geral da União para concentrar e controlar os pedidos de acesso à informação no âmbito do Poder Executivo Federal (<http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema>), no qual o cidadão se cadastra para poder solicitar informações pública de qualquer órgão do Poder Executivo Federal; e

- Pessoalmente, por meio de requerimento feito junto ao SIC-Funasa localizado no Edifício-Sede da **Funasa** 2º andar – Ala Norte, SAUS – Quadra 04 – Bloco “N”, Brasília/DF CEP: 70070-040, Telefone: (61) 3314-6121/6612. Vale ressaltar que o SIC Funasa, em que pese estar localizado em Brasília, tem por atribuição atender aos pedidos de informação oriundos das 26 Superintendências Estaduais da Funasa.

No ano de 2013 o SIC-Funasa recebeu 366 (trezentos e sessenta e seis) pedidos de acesso a informações, todos devidamente atendidos dentro do prazo estipulado em lei.

Quanto à transparência ativa que ocorre quando a entidade divulga dados por iniciativa própria, sem ter sido solicitada, a Fundação Nacional de Saúde disponibiliza no sítio <http://www.funasa.gov.br> informações referentes às ações e programas de Engenharia de Saúde Pública e Saúde Ambiental; legislação; licitações e contratações; convênios e editais.

Vale ressaltar que o SIC-Funasa cuida não somente dos pedidos de acesso às informações, de modo que em casos de sugestões, denúncias e demais solicitações o cidadão tem à sua disposição outro canal de comunicação que é o Fale Conosco (<http://www.funasa.gov.br/site/fale-conosco/>), gerenciado pela Coordenação de Comunicação Social.

10.2 - Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.

A Funasa vem envidando esforços em definir mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos / usuários mas ainda está em fase de elaboração.

10.3 - Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade

A Funasa vem trabalhando para obter a demonstração de resultados, mas que ainda está em fase de elaboração.

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

A Funasa vem promovendo regularmente a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10. As informações prestadas pela UJ devem conter, conforme abaixo:

DEPRECIÇÃO DE BENS IMOBILIZADOS

- a) Os cálculos e registros da depreciação dos bens do Ativo Imobilizado desta Fundação observam o disposto na Macrofunção n.º 02.03.30 do Manual SIAFI, em consonância com a Lei n.º 4.320/64, com a Lei Complementar n.º 101/2000, com a Lei n.º 10.180/2001 e com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCTPS);
- b) A vida útil de cada bem do imobilizado adquirido a partir de janeiro de 2010 é definida conforme tabela disposta no item 27 da Macrofunção 020330;
- c) Metodologia de cálculo: adotou-se o Método das Quotas Constantes, conforme o item n.º 48 da referida Macrofunção;
- d) As taxas de depreciação foram definidas de acordo com o valor depreciável dos bens em função do tempo de vida útil e deduzidos os valores residuais nos percentuais estabelecidos no item n.º 27;
- e) A depreciação se procedeu a partir do custo histórico (Valor em Nota Fiscal) registrado no SIAFI, para os bens adquiridos a partir de janeiro de 2010. Os bens anteriores a este período estão pendentes de avaliação de valor econômico para iniciação do processo de depreciação.
- f) Como impacto tem-se o decréscimo patrimonial decorrente da perda de valor econômico do ativo imobilizado, aproximando-o do valor real, ou seja, o valor justo, considerando o tempo de uso, a ação da natureza e a obsolescência dos bens. Trata-se de uma variação diminutiva que impacta no patrimônio da entidade.

Mensalmente, a Setorial contábil faz a conferência dos saldos apresentados nos Relatórios de Depreciação gerados pelo Sistema de Gestão Patrimonial comparando-os aos valores registrados no SIAFI e procedendo os registros mensais da depreciação.

REAVALIAÇÃO E REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS IMOBILIZADOS

Os procedimentos de reavaliação e redução a valor recuperável do Ativo Imobilizado desta Fundação serão efetuados pela empresa LINK DATA INFORMATICA E SERVICOS S/A, CNPJ/MF n.º 24.936.973/0001-03, cujo processo de contratação encontra-se em curso, conforme Ata de Registro de Preços n.º 21/2013, Pregão n.º 22/2013.

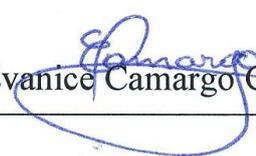
11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

11.2.2 Declaração com Ressalva

QUADRO A.11.2.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Superintendência Estadual da FUNASA no Estado da Bahia			255005
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2013, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>RESTRIÇÃO TÍTULO</p> <p>302 FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB</p> <p>606 SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.CIRCULANTE</p> <p>632 SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.Ñ.CIR-IMOBIL</p> <p>653 SLD.ALONG/INDEV.CONTAS TRANSITORIAS AT.COMP.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF.	Data	27/01/2014
Contador Responsável	 Evanice Camargo Cardoso	CRC-DF nº	4763
Ordenador de Despesas	 Glenda Barbosa de Melo Superintendente Estadual da FUNASA/MS/BA CPF:367.279.624-72 Assinatura/carimbo		

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

11.6 Relatório de Auditoria Independente

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

A Funasa/Suest-Ba. aprovou com restrições, 12 convênios conforme tabela abaixo.

CONVÊNIO	Nº DO CONVÊNIO	GESTOR RESPONSÁVEL	VIGÊNCIA DO CONVÊNIO	OBJETO DO CONVÊNIO	PARECER	RESSALVAS
P.M WENCESLAU GUIMARÃES	CV 3604/2001	CARLOS DURVAL PASSOS DA SILVA	31/12/2001 à 30/12/2003	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Nº 030/2013 Datado de : 16/05/2013	NF'S SEM DEVIDOS CARIMBOS E AUSÊNCIA DOS EXTRATOS .
P.M WENCESLAU GUIMARÃES	CV 3781/2001	CARLOS DURVAL PASSOS DA SILVA	31/12/2001 à 05/01/2004	MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES	Nº 031/2013 Datado de : 22/05/2013	AUSÊNCIA DO TERMO DE ACEITÇÃO DEFINITIVA DA OBRA, AUSÊNCIA DAS GUIAS DE RECOLHIMENTO E CÓPIAS DE NF'S. AUSÊNCIA DOS ESXTRATOS .
P.M JUSSIAPÉ	CV 3650/2001	ADAILTON SILVA LUZ SOBRINHO	31/12/2001 à 29/12/2003	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Nº 051/2013 Datado de: 15/07/2013	LICITAÇÃO COM INOBSERVNÂNCIA DOS PRECEITOS LEGAIS.
P.M CAMACAN	CV 0036/2004	DÉBORA CARVALHO BORGES SANTOS	30/06/2004 à 10/01/2010	MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES	Nº 052/2013 Datado de : 16/07/2013	UTILIZAÇÃ O DOS RENDIMENT OS SEM AUTORIZAÇ ÃO PRÉVIA DA CONCEDEN TE .
P.M LAPÃO	CV 0009/2008	HERMENILSON FERREIRA CARVALHO	31/12/2008 à 01/02/2011	MELHORIAS HABITACIONAIS PARA O CONTROLE DE CHAGAS	Nº 060/2013 Datado de: 31/07/2013	IMPRÓPIED ADES DOCUMENT AIS : AUSÊNCIA DO MAPA DE APURAÇÃO, COMPROVA NTES FISCAIS.

						ETC....
P.M LAPÃO	CV 1693/2006		28/06/2006 à 15/06/2010	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRI AS EM ESCOLAS PÚBLICAS RURAIS	Nº 068/2013 Datado de : 13/08/2013	IMPRÓPIED ADES DOCUMENT AIS: AUSÊNCIA DE CARIMBO E DESACORD OS. REFERENTE AO INSS
P.M BIRITINGA	CV 0162/2003	AURÉLIO AMICES PEDREIRA E JOAQUIM CARNEIRO LOBO	21/12/2003 à 03/01/2007	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Nº 075/2013 Datado de : 23/08/2013	NÃO APRESENTA ÇÃO DOS COMPROVA NTES DE RETENÇÃO, IRRF, INSS E ISS DE NF'S. TRIBUTOS RETIDOS E RECOLHIDO S A MENOR.
P.M CAMPO FORMOSO	CV 0948/2000	JOSÉ JOAQUIM SANTANA	18/01/2001 à 21/12/2002	MELHORIAS HABITACIONAIS PARA O CONTROLE DA DOENÇA DE CHAGAS	Nº 076/2013 Datado de : 23/08/2013	IMPRÓPIED ADES DOCUMENT AIS E UTILIZAÇÃ O DOS RENDIMENT OS SEM AUTORIZAÇ ÃO PRÉVIA DA CONCEDEN TE.
P.M BOQUIRA	CV 1057/2002	MARCIO TÚLIO VILASBOAS	15/12/2002 à 13/12/2007	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Nº 079/2013 Datado de : 28/08/2013	IMPRÓPIED ADES DOCUMENT AIS ALÉM DE NÃO APRESENTA ÇÃO DOS COMPROVA NTES REFERENTE S A INSS, IRRF E ISS.
P.M LAGOA REAL	CV 0175/2007	JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA	20.12.2007 à 09.02.2012	MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIÁRES	Nº 097/2013 Datado de : 25.09.2013	IMPROPIED ADES DOCUMENT AIS, ALÉM DE UTILIZAÇÃ O DE RECURSOS SEM AUTORIZAÇ ÃO PRÉVIA

						DA CONCEDEN TE.
P.M LAGOA REAL	CV 0264/2007	JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA	20.12.2007 à 09.02.2012	MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES	Nº 098/2013 Datado de : 26.09.2013	IMPROPIED ADES DOCUMENT AIS ALÉM DE NÃO APRESENTA ÇÃO DOS COMPROVA NTES REFERNTE A IRRF E INSS.
P.M BARROCAS	CV 1692/2004	JOSÉ EDILSON DE LIMA FERREIRA	27.12.2004 à 22.09.2009	MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES	Nº 113/2013 Datado de : 18.09.2013	PENDENCIA S DOCUMENT AIS ALÉM DE NÃO APRESENTA ÇÃO DOS COMPROVA NTES DE INSS, ISS E IRRF.

Durante o ano de 2013, a FUNASA logrou êxito em várias frentes, destacando-se, principalmente:

- a celebração do termo de cooperação técnica nº 12/2013 com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado da Bahia - CREA-BA, que tem como objetivo, capacitar e assessorar tecnicamente a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico de 50 municípios do estado da Bahia com menos de 50.000 habitantes;
- a reestruturação do Serviço de Convênios da SUEST-BA, demonstrada através da aprovação com ressalvas de 12 Convênios;
- a implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental, principalmente nas áreas Educação em Saúde Ambiental e o Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano.

Deve-se acrescentar que, durante o ano de 2013, a FUNASA também encontrou alguns obstáculos à plena execução de seus objetivos. Nesse sentido, as principais dificuldades decorreram da escassez de recursos humanos, principalmente no quadro permanente, para desenvolver as atividades de apoio administrativo, e também para auxiliar na análise de prestação de contas, acompanhamento dos processos de convênios, termos de compromisso, termos de cooperação técnica, fiscalização de contratos bem como a implementação de ações, assim como o contingenciamento dos limites orçamentários para despesas com diárias e passagens.